

Processo 04/2026

Automóvel Sedan

2026

ATO DO PRESIDENTE Nº 606, de 27/01/2026

Designa os servidores para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos durante o biênio 2026/2027.

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobretudo nos artigos 7º e 8º;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 10 da Resolução nº 137, de 02/12/2025,

FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, expede o seguinte

A T O:

Art. 1º Ficam designados, para o biênio 2026/2027, os seguintes servidores para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

I - Agente de contratação

Titular: Leonardo Volcean Carreno

Substituto: Melissa Ritti Maranezzi Nascimento

II - Pregoeiro

Titular: Melissa Ritti Maranezzi Nascimento

Substituto: Leonardo Volcean Carreno

III - Equipe de Apoio

Titulares: Maria Tereza Peres dos Reis e Maria Neusa Gerolamo de Oliveira

Substituto: Luciana Domingues da Paixão

IV - Fiscal do contrato

Titular: Ediney Bueno

Substituto: João Moraes Pereira

V - Gestor de Contrato

Titular: Léa Maria Polimeno

Substituto: Emerson Massahiro Higashi

Art. 2º A Comissão de Contratação, para atuação nos casos específicos previstos em lei, ficará constituída pelos servidores titulares designados nos incisos I e III do artigo 1º, sob a presidência do designado para o inc. I.

Art. 3º A gestão dos contratos ficará a cargo do Departamento Administrativo e Financeiro, conforme atribuição já prevista na Lei Complementar nº 160/2013 (art. 15, XVI, XX).

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2026.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 27 de janeiro de 2026.

FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

REGISTRADO em livro próprio na data supra e **PUBLICADO** por Edital afixado em local público do costume.

THIAGO RAMOS FRANCISCHETTI
Chefe de Gabinete

Assinado por: FABIO FERNANDO
SIQUEIRA DOS
SANTOS:22040058869, 2026.01.27
11:04:20 BRT

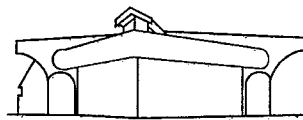
Assinado por: THIAGO RAMOS
FRANCISCETTI:33424976881,
2026.01.27 13:24:19 BRT

03
df

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Pregão 01/2026

| | |
|--|--|
| Objeto: Aquisição de veículo automotor | |
| Setor/Unidade requisitante | Presidência |
| Responsável pela área requisitante | Fábio Fernando Siqueira dos Santos |
| Data inicial do processo | Março/2026 |
| Data da finalização do processo | |
| | |
| Descrição sucinta do objeto | Aquisição de 01 (um) veículo automotor |
| Justificativa da necessidade da Aquisição | Considerando a necessidade de um veículo confiável, econômico e com tecnologia sustentável, propõe-se a aquisição de um veículo automotor que combine conforto, segurança e responsabilidade ambiental, sendo ideal para viagens oficiais de média e longa distância. |
| Prioridade da Contratação | Alta |
| Justificativa da Prioridade | Atender às necessidades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, proporcionando maior eficiência, economia de combustível e sustentabilidade no deslocamento de autoridades e servidores para compromissos oficiais. |
| Quantidade estimada | Aquisição de 01 (um) veículo automotor |
| Descrição do Bem | <ul style="list-style-type: none"> - Motorização: 1.8L, 16V, sistema híbrido (gasolina/elétrico) - Combustão 101/Elétrico 72 CV - Capacidade Tanque Combustível – mínimo 43L - Capacidade Porta Malas – mínimo 470L - Ano/Modelo: 2026/2026 ou 2026/2027 - Cor: Preto (preferência institucional) - Câmbio: Automático CVT - Direção elétrica, ar-condicionado digital, central multimídia com GPS, rodas de liga leve, sensores de estacionamento e câmera de ré. - Itens obrigatórios de segurança conforme legislação vigente. |
| Estimativa preliminar do | R\$ 175.990,00 |



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

05
sf

| | |
|--|---|
| valor da contratação | |
| Classificação | Equipamento e Material Permanente 4.4.90.5200 |
| Classificação funcional | 01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas |
| Natureza da despesa | 4.4.90.52.52 – Veículos de Tração Mecânica |
| Grupo de despesa | 4 - Investimentos |
| Unidade orçamentaria | 010101 – Câmara Municipal |
| Evento - custo | 010101.010101.01.031.0001.2001 – Manut. Ativ. Do Legislativo |
| CNAE | 4511-1/01 – Comércio a Varejo e Atacadista de Automóveis, camionetas e utilitários novos e usados. |
| Existe vinculação com outro Documento de Formalização de Demanda? | () Sim (x) Não |
| Forma de contratação | Pregão Eletrônico |
| Justificativa da forma de contratação | <p>Considerando o valor estimado da presente contratação, que é superior ao limite estabelecido pelo art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, R\$ R\$ 65.492,11. A escolha da modalidade Pregão, na forma eletrônica, justifica-se por se tratar de bem comum (veículo automotor), com especificações amplamente padronizadas e disponíveis no mercado. O Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, assegura maior competitividade, transparência, celeridade processual e economicidade na contratação, permitindo a ampla participação de fornecedores interessados.</p> <p>O objeto em questão – veículo automotor possui características técnicas facilmente comparáveis entre diferentes ofertantes, o que o enquadra nos critérios exigidos para aquisição via pregão.</p> <p>Dessa forma, atende-se aos princípios da eficiência administrativa, da isonomia e do interesse público, buscando a melhor proposta para a Administração.</p> |
| Designação do fiscal do contrato | Ediney Bueno |

Paraguaçu Paulista, 23 de março de 2026


Thiago Ramos Francischetti
Chefe de Gabinete

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

| Número da Pesquisa | UASG | Status | Editado por |
|--|--------|---|--------------------------|
| 1/2026 | 975392 | Rascunho | LEONARDO VOLCEAN CARRENO |
| Título: veículo automotor | | | |
| Observações: Motorização: 1.8L, 16V, sistema hibrido (gasolina/elétrico) Ano/Modelo: 2026/2026 ou 2026/2027 Cor: Preto (preferência Institucional) Câmbio: Automático CVT Direção elétrica, ar-condicionado digital, central multimídia com GPS, rodas de liga leve, sensores de estacionamento e câmera de ré. Itens obrigatórios de segurança conforme legislação vigente. | | | |
| Total de itens cotados: 1 | | Valor total da pesquisa de preços: R\$ 175.990,0000 | |

Itens cotados

Item: 1

| Descrição do item | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|---|-------------------------|------------|
| 484528 - Automóvel Tipo Motor: 1.8 L, Quantidade Portas: 5 , Tipo Combustível: Híbrido , Potência: Combustão 101 / Elétrico 72 CV, Capacidade Tanque Combustível: 43 L, Capacidade Porta-Mala: 470 L, Quantidade Passageiro: 5 , Tipo Câmbio: Automático , Modelo: Sedan , Cor: Preta | Unidade | 1 |

Consolidação dos preços cotados

| | | | |
|------------------|------------------|------------------|------------------------------------|
| Menor Preço | Média | Mediana | Coefficiente de variação: 25,4346% |
| R\$ 106.900,0000 | R\$ 160.585,8000 | R\$ 175.990,0000 | Desvio Padrão: 40.844,3785 |
| | | | Menor Preço: R\$ 220.900,0000 |

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Quantidade mínima: 1
Quantidade máxima: 1
Data início: 05/03/2025
Data fim: 05/03/2026
Modalidade(s): Pregão
Critério Julgamento Item: Menor Preço

| Nº | Insc | Nome | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data | Compo |
|----|------|---|------------|---------|------------------|------------|-------|
| 1 | I | CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-PE - Compras.gov.br | 1 | Unidade | R\$ 200.334,0000 | 06/02/2026 | Sim |
| 2 | I | CONSELHO FEDERAL DE QUIMICA - Compras.gov.br | 1 | Unidade | R\$ 220.900,0000 | 23/01/2026 | Sim |
| 3 | I | CAMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA /SP - Compras.gov.br | 1 | Unidade | R\$ 191.000,0000 | 18/12/2025 | Sim |
| 4 | I | JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br | 1 | Unidade | R\$ 195.000,0000 | 18/12/2025 | Sim |
| 5 | I | CAMARA MUNICIPAL DE GUIMARANIA /MG - Compras.gov.br | 1 | Unidade | R\$ 175.990,0000 | 21/11/2025 | Sim |
| 6 | I | UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Compras.gov.br | 1 | Unidade | R\$ 192.500,0000 | 03/11/2025 | Sim |

| | | | | | | |
|----|---|--|-----------|------------------|------------|-----|
| 7 | I | ESP-FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 169.500.0000 | 28/10/2025 | Sim |
| 8 | I | PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 106.900.0000 | 15/08/2025 | Sim |
| 9 | I | PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 107.500.0000 | 06/08/2025 | Sim |
| 10 | I | ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 108.000.0000 | 16/07/2025 | Sim |
| 11 | I | PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 123.000.0000 | 10/07/2025 | Sim |
| 12 | I | ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 110.000.0000 | 12/06/2025 | Sim |
| 13 | I | CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO-DF - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 198.163.0000 | 24/03/2025 | Sim |
| 14 | I | SERVIÇO AUT.DE ÁGUA E ESG.DE MAREC.C.RONDON - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 120.000.0000 | 13/03/2025 | Sim |
| 15 | I | CAMARA MUNICIPAL DE MARILIA - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 190.000.0000 | 12/03/2025 | Sim |

07
2

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

Nada a declarar.

Relatório emitido em 05/03/2026 08:23

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Pregão Eletrônico nº 01/2026

Assunto: Aquisição de veículo zero km, tipo sedan com 5 lugares, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista/SP.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – Descrição da necessidade da contratação

A Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista necessita atender às demandas de deslocamento decorrentes do exercício das atividades institucionais dos vereadores e servidores. Essa necessidade foi formalizada por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD), tendo em vista a rotina de compromissos externos, como participação em eventos, reuniões com autoridades, cursos de capacitação e visitas técnicas.

Os vereadores utilizam deslocamentos para representar a Câmara junto a órgãos públicos e agentes políticos, em busca de parcerias, recursos e na defesa dos interesses do município. No caso dos servidores da Casa, o deslocamento é necessário em atividades administrativas externas e capacitações presenciais, fundamentais para o aprimoramento da gestão pública e para o desempenho eficiente das atribuições institucionais.

A aquisição está em consonância com os objetivos das contratações públicas estabelecidos no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021, que incluem o atendimento ao interesse público, a economicidade e a garantia da execução eficiente das políticas públicas. Além disso, a medida integra o planejamento anual de contratações, conforme determina o artigo 12, inciso VII, da mesma lei, assegurando alinhamento entre os recursos públicos disponíveis e as necessidades institucionais.

Considerando a demanda apresentada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) optou-se pelo modelo **sedan**, em razão de sua **melhor relação custo-benefício frente às necessidades da Câmara Municipal**. O sedan oferece conforto, espaço interno adequado para transporte de autoridades e servidores, além de porta-malas com capacidade suficiente para o deslocamento de materiais e documentos, atendendo plenamente às funções institucionais previstas.

Adicionalmente, o custo de aquisição e de manutenção preventiva e corretiva de um sedan, incluindo consumo de combustível, seguros e peças de reposição, garante **economicidade** aos cofres públicos. Dessa forma, a escolha pelo sedan está alinhada aos princípios da eficiência e economicidade, assegurando que o bem adquirido atenda às demandas institucionais com menor impacto orçamentário e sem prejuízo da qualidade ou da adequação ao uso.

II – Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) e seu alinhamento com o planejamento da Administração

A aquisição de veículo oficial está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista para o exercício de 2026, registrada na Ficha Orçamentária 1 ID 57. A inclusão da demanda no PCA reflete o compromisso da Administração com o planejamento prévio e estruturado de suas contratações, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

O planejamento e a gestão das contratações públicas constituem instrumentos estratégicos para garantir a eficiência, a legalidade e a economicidade na alocação dos recursos públicos. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a contratação pública deve estar precedida de planejamento, o que envolve, entre outros aspectos, a elaboração anual do Plano de Contratações com base nas reais necessidades da Administração.

A inserção da aquisição do veículo no PCA 2026 está alinhada às diretrizes institucionais da Câmara, considerando a necessidade de garantir meios adequados e seguros de deslocamento para o cumprimento de obrigações institucionais externas por parte dos vereadores e servidores. Além disso, a medida contribui para a continuidade das atividades legislativas e administrativas, evitando prejuízos decorrentes da indisponibilidade de transporte ou da dependência de veículos antigos e sujeitos a falhas mecânicas.

Dessa forma, a contratação ora prevista está plenamente integrada ao planejamento institucional da Câmara Municipal, reforçando os princípios de eficiência e racionalidade na gestão pública, e assegurando que os investimentos realizados estejam de acordo com as prioridades e metas estabelecidas para o exercício de 2026.

III – Requisitos da contratação

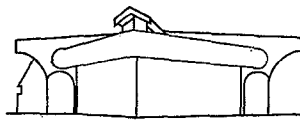
Para garantir que a aquisição atenda plenamente às necessidades da Câmara Municipal, os seguintes requisitos deverão ser observados:

Qualificação Técnica da Contratada

A empresa contratada deverá possuir registro no ramo de atividade compatível com o objeto, devendo comprovar estar legalmente habilitada para o fornecimento de veículos automotores zero-quilômetro.

Especificações Técnicas Obrigatórias do Objeto

O objeto da contratação consiste no fornecimento de 1 (um) veículo automotor, novo (zero-quilômetro), do tipo Sedan médio, 5 lugares, conforme as especificações mínimas a seguir:



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

19
22

- Cor sólida preta, para-choques na mesma cor do veículo¹;
- Veículo zero km, ano de fabricação igual ou superior ao da entrega e último modelo vigente²;
- Capacidade mínima para 05 ocupantes;
- Volume mínimo do porta-malas: 470 litros;
- Motorização gasolina ou flex com potência mínima de 120 CV (mínimo 1.8L);
- Câmbio automático, com no mínimo 6 marchas ou equivalente;
- Direção com assistência elétrica ou equivalente;
- Conjunto mínimo de 6 airbags (2 frontais, 2 laterais e 2 de cortina);
- Sistema de freios com ABS, EBD e BAS;
- Assistentes de segurança (pré-colisão frontal e/ou permanência em faixa e/ou alerta de oscilação);
- Aviso luminoso e sonoro para desfivelamento dos cintos de segurança frontais e traseiros;
- Cintos de três pontos para todos os ocupantes, incluindo o banco traseiro central;
- Encostos de cabeça dianteiros e traseiros ajustáveis;
- Sistema de ar-condicionado digital automático, com saídas para os bancos traseiros;
- Bancos com revestimento de couro³;
- Apoio de braço para motorista, banco do motorista com ajuste de altura;

1 A exigência de que o veículo seja na cor sólida preta justifica-se pela necessidade de padronização da frota oficial da Câmara Municipal, garantindo uniformidade estética e reforçando a identidade institucional do Poder Legislativo perante a comunidade. Essa padronização facilita a identificação visual dos veículos oficiais, transmitindo organização, profissionalismo e unidade administrativa. Além disso, a cor preta apresenta vantagens práticas, como maior disponibilidade de serviços de pintura, menor variação perceptível de tonalidade ao longo do tempo e facilidade de manutenção estética, contribuindo para preservar o valor patrimonial do bem e assegurar apresentação condizente com sua função representativa.

2 A exigência de que o veículo possua ano de fabricação e modelo mínimo tem por objetivo assegurar a aquisição de bem com tecnologia atualizada, maior vida útil e menor probabilidade de necessidade de reparos corretivos de alto custo no curto prazo. Veículos mais recentes oferecem maior eficiência energética, melhores índices de segurança e atendem a padrões ambientais atualizados, garantindo melhor desempenho e menor impacto ambiental. Além disso, essa medida reduz o risco de desvalorização acelerada do patrimônio público, permitindo que o bem atenda às demandas institucionais por um período mais prolongado com menor custo de manutenção. Trata-se, portanto, de critério que concilia a qualidade e modernidade do veículo com a boa gestão dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência e economicidade.

3 Os bancos deverão possuir revestimento em couro natural ou sintético, de forma a assegurar maior durabilidade, facilidade de higienização e manutenção, além de proporcionar acabamento compatível com a função representativa do veículo oficial. Tal exigência busca garantir conforto aos usuários e preservar a conservação do bem, reduzindo custos com limpeza e aumentando a vida útil do estofamento.

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

- Vidros com acionamento elétrico nas quatro portas, com função antiesmagamento no mínimo para o motorista;
- Retrovisores externos com regulagem elétrica;
- Retrovisor interno preferencialmente com antiofuscamento;
- Rodas com aro mínimo de 16", com estepe de dimensões equivalentes;
- Pneus radiais compatíveis com o modelo fornecido;
- Lanternas dianteiras com luzes diurnas e traseiras com luz de freio, ré e neblina;
- Câmera de ré para assistência em manobras;
- Travas elétricas nas quatro portas e sistema de travamento automático em movimento;
- Volante multifuncional;
- Piloto automático;
- Sistema de som;
- Computador de bordo;
- Indicador de temperatura externa;
- Alarme perimétrico;
- Barras de proteção lateral nas portas;
- Luz no porta-malas e no porta-luvas;
- Juego de tapetes e equipamentos obrigatórios exigidos por lei.

Emplacamento do Veículo

O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado em nome da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, com toda a documentação regularizada, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

Prazos de Entrega

O prazo máximo para a entrega do veículo será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho.

Garantia e Assistência Técnica

O veículo deverá contar com garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, com cobertura total de fábrica, incluindo assistência técnica autorizada nacionalmente durante todo o período.

Condições de Pagamento

O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do veículo, mediante apresentação de nota fiscal e verificação da conformidade com todas as condições contratuais.

IV – Estimativas das quantidades para a contratação

1. Definição das quantidades e periodicidade da prestação dos serviços

A presente contratação prevê a aquisição de 01 (um) veículo automotor zero-quilômetro, do tipo passeio, com características adequadas ao uso institucional, conforme especificações detalhadas. A aquisição será realizada em parcela única, com entrega total do objeto após a assinatura do contrato e cumprimento das exigências legais.

2. Memória de cálculo e justificativa das quantidades

A quantidade estimada baseia-se na análise da demanda atual de transporte institucional da Câmara Municipal, considerando o uso compartilhado entre vereadores e servidores.

3. Consideração das interdependências e economia de escala

A aquisição de um veículo novo é suficiente para suprir a lacuna identificada no transporte institucional da Câmara, considerando o uso planejado e racional dos bens públicos. Não há interdependência direta com outras contratações. A compra em lote maior não se justifica neste momento, pois não traria economia de escala significativa frente as necessidades atuais da Administração. O investimento em um veículo novo viabiliza o atendimento das demandas com eficiência e controle orçamentário.

V – Levantamento de Mercado e Justificativa Técnica e Econômica da Escolha da Solução

1. Levantamento de Mercado: Análise das Alternativas Possíveis

Para atender à necessidade institucional de transporte oficial da Câmara Municipal de Cravinhos, foram analisadas as seguintes alternativas disponíveis:

Alternativa 1 – Locação de Veículo

Foi realizada pesquisa com locadoras da cidade de Presidente Prudente/SP e Assis/SP, tendo em vista a inexistência desse tipo de serviço em Paraguaçu Paulista. As empresas oferecem pacotes que vão de 3.000 a 5.000 km por valor mensal e o sobressalente é pago por km/extra. Três empresas enviaram propostas (documentos anexos). Assim, obtivemos uma média mensal de locação no valor de R\$ 5.029,00 e anual de R\$ 60.348,00.

Vantagens:

- Desoneração com manutenção e documentação do veículo.
- Possibilidade de substituição do veículo em caso de falhas.

Desvantagens:

- Preço elevado para locação de veículo.
- Dificuldade de contratação local e restrições de mercado.
- Dependência de terceiros para a prestação do serviço.
- Custo recorrente elevado a médio e longo prazo.

Alternativa 2 – Compartilhamento de Frota com a Prefeitura Municipal

Essa alternativa consistiria na utilização dos veículos da frota da Prefeitura, conforme disponibilidade. No entanto, trata-se de uma solução **inviável na prática**, visto que os veículos da Prefeitura atendem diversas secretarias e agendas próprias, o que **limitariam o acesso da Câmara ao transporte sempre que necessário**, gerando insegurança para o cumprimento de compromissos externos.

Vantagens:

- Ausência de custos diretos com aquisição e manutenção.

Desvantagens:

- Baixa previsibilidade e autonomia.
- Alta dependência de outro órgão e indisponibilidade frequente.
- Risco de conflitos de agenda e inviabilidade de atendimentos simultâneos.

Alternativa 3 – Aquisição de Novo Veículo Oficial (Solução Escolhida)

A aquisição de um veículo zero quilômetro se apresenta como a alternativa mais adequada, pois assegura **autonomia, segurança e previsibilidade** no transporte institucional da Câmara. Trata-se de uma solução definitiva, que **garante a continuidade dos serviços** administrativos e legislativos externos, com maior controle orçamentário e menor risco de interrupções por falhas mecânicas.

Vantagens:

- Solução de longo prazo, com menor custo acumulado.
- Veículo novo, com garantia de fábrica e menor manutenção.
- Disponibilidade integral para uso institucional.

Desvantagens:

- Desembolso inicial mais elevado.

2. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha da Solução

Após análise das alternativas disponíveis, a aquisição de um novo veículo oficial se mostra como a solução mais viável do ponto de vista técnico e econômico. As demais opções, como locação e compartilhamento de frota, demonstraram-se inadequadas diante da realidade do mercado local e da necessidade de autonomia nas ações institucionais.

Justificativa técnica:

A aquisição do novo veículo visa garantir **segurança, confiabilidade e disponibilidade** no transporte institucional da Câmara Municipal, atendendo a uma demanda contínua de deslocamentos para compromissos oficiais de vereadores e servidores. A medida assegura maior previsibilidade na gestão administrativa, permitindo que a Câmara cumpra sua função representativa e institucional sem limitações logísticas.

Justificativa econômica:

Embora exija um investimento inicial, a compra representa **melhor relação custo-benefício a longo prazo**, considerando a durabilidade do bem, a redução com gastos de manutenção e a eliminação da necessidade de contratos de locação. Além disso, evita soluções paliativas e recorrentes que poderiam comprometer o orçamento com despesas fragmentadas e emergenciais.

Dessa forma, entende-se a **aquisição de 01 (um) veículo automotor novo**, como medida mais eficiente, econômica e segura para atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Cravinhos.

VI – Estimativa do Valor da Contratação

O preço estimado da contratação é **R\$ 208.290,00**, conforme média encontrada por meio do PNCP e sites oficiais de três montadoras (documentos anexos)

VII – Descrição da Solução

A presente solução consiste na aquisição de um novo veículo automotor para a Câmara Municipal. Atualmente, a Casa Legislativa conta com dois veículos, sendo um Voyage 2019 com 27.934 km rodados e um Corolla 2011/2012 com 397.585 km rodados. Acontece que o veículo Corolla está com elevada quilometragem e vem apresentando problemas constantes, precisando passar por reparos e avaliações mecânicas, o que também pode colocar em risco os vereadores/servidores que o utilizam em viagens. Já o Voyage é um carro mais simples, usado para os afazeres do dia a dia, dentro da cidade, pois para viagem não tem o mesmo nível de conforto

e segurança do Corolla, sobretudo para viagens longas como São Paulo (capital), Brasília, etc. Ressalta-se que as justificativas detalhadas para a aquisição estão devidamente expostas nos itens anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, amparando a presente descrição da solução como medida estratégica, funcional e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

VIII – Justificativa para o Parcelamento ou Não da Contratação

O parcelamento de uma contratação consiste na divisão do objeto em partes menores, que podem ser licitadas ou adjudicadas separadamente, com o objetivo de ampliar a competitividade, viabilizar a participação de um número maior de fornecedores e atender ao princípio da isonomia, conforme previsto no artigo 40, §2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Contudo, no presente caso, a natureza do objeto – aquisição de um único veículo automotor – inviabiliza qualquer forma de fracionamento. Trata-se de um bem indivisível, cujo fornecimento deve ocorrer de forma unitária, sendo, portanto, técnica e economicamente inadequado o seu parcelamento. A contratação de uma única empresa fornecedora é, assim, a única alternativa viável, assegurando a coerência do objeto, a integridade da entrega e a funcionalidade pretendida com a aquisição.

Dessa forma, restam atendidos os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade, sem prejuízo à competitividade e à ampla participação de fornecedores habilitados para esse tipo de fornecimento.

IX – Resultados Pretendidos:

Almeja-se com a presente contratação alcançar elevada economicidade, eficácia e eficiência na utilização dos recursos públicos, assegurando o melhor aproveitamento do bem a ser adquirido e promovendo, sempre que possível, práticas alinhadas à sustentabilidade ambiental.

Espera-se que a aquisição do novo veículo contribua diretamente para o aprimoramento das atividades institucionais que exigem deslocamento de vereadores, servidores e demais agentes públicos, proporcionando mais agilidade, segurança e conforto nos atendimentos externos. Como resultado, pretende-se fortalecer a qualidade dos serviços prestados pelo Poder Legislativo à população do município.

Esses resultados estão alinhados com as diretrizes estabelecidas no artigo 18, §1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que destaca a importância de demonstrar os benefícios esperados em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

X – Providências a serem adotadas:

Designação de Gestor e Fiscais do Contrato:

O Gestor e Fiscais de contrato já estão nomeados, por meio do Ato do Presidente 606, de 27/01/2026 (documento anexo).

Gestor de contrato: servidora Léa Maria Polimeno

Fiscal de contrato: servidor Ediney Bueno

Verificação da Regularidade da Contratada:

Antes da assinatura do contrato, é necessário verificar a regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada, bem como a validade de suas certidões e documentos comprobatórios de habilitação técnica e jurídica.

XI – Possíveis Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:

A presente contratação pode gerar, em momento posterior, a necessidade de contratações acessórias ou correlatas, tais como:

- Aquisição de seguro veicular para proteção patrimonial do bem (Prevista no PCA 2026, Ficha 1, ID 57);
- Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- Aquisição de combustível e lubrificantes;
- Eventual aquisição de acessórios ou itens complementares de uso específico;
- Serviços de documentação e emplacamento, que devem ser incluídos no fornecimento.

Tais contratações, embora não sejam interdependentes no momento da aquisição, podem ser necessárias para garantir o uso pleno, regular e seguro do bem adquirido, e devem ser consideradas no planejamento orçamentário e operacional da Câmara.

Ademais, itens de pequeno valor e manutenções de menor complexidade poderão ser executados por meio de processos simplificados, conforme definição constante no art. 4º, inciso IV da Resolução 95/2025, de 17 de setembro de 2025. Essa modalidade deve ser utilizada para cobrir custos com materiais de consumo, serviços de pequeno porte e demais despesas de pronto pagamento, assim entendidas aquelas cujo valor não ultrapasse o limite estabelecido no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, atualizado anualmente por Decreto do Governo Federal.

XII – Possíveis Impactos Ambientais:

Considerando os potenciais impactos ambientais decorrentes da produção e do uso de bens industriais, é essencial que a contratação observe critérios de sustentabilidade, alinhados às boas práticas socioambientais e à legislação vigente. Dessa forma, as especificações do objeto deverão priorizar fornecedores que adotem práticas responsáveis e observem as normas técnicas aplicáveis.

No caso específico da aquisição de veículo automotor, recomenda-se que o bem possua tecnologias que reduzam a emissão de gases poluentes e promovam maior eficiência energética, conforme os padrões ambientais estabelecidos por órgãos competentes. Sempre que aplicável, também deverão ser observadas as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR – relacionadas à utilização de materiais atóxicos, recicláveis ou biodegradáveis, bem como demais requisitos que minimizem os impactos ao meio ambiente durante o ciclo de vida útil do bem.

XIII – Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação:

Após análise criteriosa deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a aquisição de veículo automotor para compor a frota da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista é plenamente viável, adequada e necessária para o atendimento das demandas institucionais relacionadas ao deslocamento de vereadores, servidores e demais agentes públicos.

A equipe de planejamento analisou alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais, com base em fontes públicas confiáveis, como o PNCP. As evidências coletadas reforçam a efetividade da solução proposta, amplamente adotada por órgãos públicos.

A contratação se justifica pela necessidade de garantir maior segurança, conforto e eficiência nas atividades externas da Câmara, otimizando o desempenho das funções legislativas e administrativas. A renovação e modernização do patrimônio visa ainda reduzir custos com manutenção corretiva e aumentar a confiabilidade nos deslocamentos oficiais.

Além disso, a contratação observa os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, sendo compatível com o orçamento e com as normas legais aplicáveis, especialmente no que tange à sustentabilidade ambiental, aos critérios técnicos definidos e à conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, esta equipe de planejamento declara viável a presente contratação, nos termos do art. 18, § 1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, recomendando sua

continuidade no processo de contratação.

XIII – Anexos

- Documentos de pesquisa de locadoras de veículos feitas por: whatsapp/email.
- Pesquisa de preço simples via internet (03 Documentos);
- Comparativo de especificações técnicas de veículos pretendidos (01 Documento);
- Análise de riscos.

Paraguaçu Paulista, 24 de março de 2026


Maria Tereza Peres dos Reis
Equipe de Apoio

Pregão Eletrônico nº 01/2026

Assunto: Aquisição de veículo zero km, tipo sedan com 5 lugares, para atender as necessidades da Câmara Municipal.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de veículo automotor para a Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

| Item | Especificação | CATMAT | Unidade | Quantidade |
|------|--|--------|---------|------------|
| 01 | veículo automotor novo (zero quilômetro), do tipo sedan médio, com 5 (cinco) lugares | 484528 | Unidade | 1 |

1.2. O objeto desta contratação é de qualidade comum, não se enquadrando como bem de luxo, em atenção ao disposto no art. 20 da Lei 14.133/2021 e conforme RESOLUÇÃO Nº 134, de 02/12/2025, da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO**, nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de bem comum, cujas características técnicas são padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, permitindo julgamento objetivo das propostas.

1.5. O veículo a ser fornecido deverá ser **novo, sem uso anterior**, em perfeito estado de conservação e funcionamento, com **ano de fabricação igual ou superior ao da entrega**, atendendo integralmente às normas de trânsito vigentes, às especificações deste Termo de Referência e às exigências do Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação.

1.6. A contratação visa à **constituição de frota oficial própria** da Câmara Municipal, assegurando maior autonomia administrativa, previsibilidade logística, segurança nos deslocamentos institucionais e racionalização do gasto público, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e na análise comparativa entre as alternativas disponíveis no mercado.

1.7. O fornecimento do veículo compreende, além da entrega do bem, a **regularização documental, emplacamento em nome da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista**, garantia de fábrica, bem como o cumprimento de todas as condições legais e contratuais necessárias à entrega definitiva do objeto, **sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.**

1.8. A contratação observará os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público**, nos termos do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes estabelecidas no Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista para o exercício correspondente.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa encontra-se pormenorizada em documento específico, nos autos do processo em epígrafe.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, ID. 50

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução adotada consiste na **aquisição de 01 (um) veículo automotor novo (zero quilômetro)**, do tipo **sedan médio**, destinado à composição da frota oficial da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, para atendimento das demandas institucionais que envolvem deslocamentos de vereadores e servidores no exercício de suas atribuições.

3.2. A escolha pela aquisição do veículo, em detrimento de alternativas como a locação ou o compartilhamento de frota com outros órgãos, decorre de avaliação técnica e econômica previamente realizada, a qual demonstrou que a compra do bem **apresenta melhor relação custo-benefício ao longo de seu ciclo de vida**, considerando os custos de aquisição, operação, manutenção, seguro e depreciação, bem como a previsibilidade e a autonomia necessárias à Administração.

3.3. Ao longo da fase de utilização, o veículo será empregado exclusivamente para fins institucionais, observadas as normas internas da Câmara Municipal e as disposições legais aplicáveis, garantindo-se o uso racional do bem público, a segurança dos usuários e a adequada conservação do patrimônio público.

3.4. A solução contempla, ainda, a exigência de **garantia de fábrica**, com cobertura mínima estabelecida neste Termo de Referência, bem como a disponibilidade de **rede de assistência técnica autorizada**, fatores que contribuem para a redução de riscos de indisponibilidade do bem e para a mitigação de custos com manutenção corretiva durante a vida útil do veículo.

3.5. Considera-se, igualmente, que o veículo a ser adquirido deverá atender aos **padrões atuais de eficiência energética e controle de emissões**, em conformidade com a legislação ambiental vigente, de modo a reduzir impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida e promover o uso mais eficiente dos recursos públicos.

3.6. Ao final de sua vida útil, o veículo poderá ser submetido aos procedimentos administrativos cabíveis para alienação, reaproveitamento ou baixa patrimonial, conforme as normas aplicáveis à gestão de bens públicos, assegurando-se a adequada destinação do bem e a observância dos princípios da economicidade e da responsabilidade na gestão do patrimônio público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para garantir que a aquisição atenda plenamente às necessidades da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, os seguintes requisitos deverão ser observados:

4.1.1. Especificações Técnicas Mínimas do Objeto

Deverá possuir **capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes e porta-malas com volume mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) litros**.

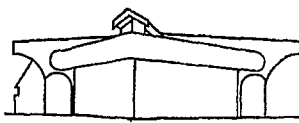
A **motorização** deverá ser a **gasolina ou flex**, com **cilindrada mínima de 1.8 L** e **potência mínima de 120 CV**, compatível com o porte do veículo e com o uso institucional pretendido.

O **câmbio** deverá ser **automático**, com **no mínimo 6 (seis) marchas ou equivalente**, e a **direção** deverá contar com **assistência elétrica ou tecnologia equivalente**.

O veículo deverá ser fornecido na **cor sólida preta**, com **para-choques na mesma cor do veículo**.

No que se refere à segurança, o veículo deverá contar, no mínimo, com:

- **06 (seis) airbags**, sendo 02 frontais, 02 laterais e 02 de cortina;
- **Sistema de freios ABS, EBD e BAS**;



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

22
A-

- **Assistentes de segurança**, tais como sistema de pré-colisão frontal e/ou assistente de permanência em faixa e/ou alerta de oscilação;
- **Aviso luminoso e sonoro de desfivelamento dos cintos de segurança**, dianteiros e traseiros;
- **Cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes**, inclusive para o assento traseiro central;
- **Encostos de cabeça ajustáveis** para os bancos dianteiros e traseiros.

Quanto ao conforto e aos equipamentos internos, o veículo deverá possuir, no mínimo:

- **Sistema de ar-condicionado digital automático**, com saídas de ar para os bancos traseiros;
- **Bancos com revestimento em couro**;
- **Banco do motorista com ajuste de altura e apoio de braço**;
- **Vidros elétricos nas quatro portas**, com função antiesmagamento, no mínimo, para o motorista;
- **Retrovisores externos com regulação elétrica**;
- **Retrovisor interno**, preferencialmente, com sistema antiofuscamento;
- **Volante multifuncional**;
- **Piloto automático**;
- **Sistema de som**;
- **Computador de bordo**;
- **Indicador de temperatura externa**.

Deverá, ainda, possuir:

- **Rodas com aro mínimo de 16 polegadas**, com estepe de dimensões equivalentes;
- **Pneus radiais compatíveis com o modelo fornecido**;
- **Lanternas dianteiras com luzes diurnas (DRL)** e lanternas traseiras com luz de freio, ré e neblina;
- **Câmera de ré para auxílio em manobras**;
- **Travas elétricas nas quatro portas**, com sistema de travamento automático em

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

movimento;

- **Alarme perimétrico;**
- **Barras de proteção lateral nas portas;**
- **Luz no porta-malas e no porta-luvas;**
- **Jogo de tapetes;**
- **Todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente.**

4.1.2. O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado em nome da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto consistirá no **fornecimento e entrega de 01 (um) veículo automotor novo (zero quilômetro)**, do tipo **sedan médio**, em conformidade com as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a contratação.

5.2. O veículo deverá ser entregue **em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação**, sem qualquer tipo de avaria, defeito ou uso anterior, acompanhado de todos os **acessórios, equipamentos obrigatórios e itens de série exigidos pela legislação de trânsito vigente** e pelas especificações deste Termo de Referência.

5.3. O prazo de entrega do bem é de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho.

5.4. Os bens deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, situada à Rua Guerino Matheus 205 – Jardim Paulista – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista/SP, horário das 08h às 17h, correndo por conta e risco do fornecedor, o seguro, a carga e descarga do veículo.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7. A aquisição do objeto constante deste Termo de Referência, deverá ser entregue de forma total.

5.8. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8.1. O prazo de garantia contratual do bem, é de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8.2. A garantia será prestada com vistas a manter o bem fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.8.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.8.6. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do bem.

5.8.7. O custo referente ao transporte do bem coberto pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.8.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.9. Integra o objeto da contratação a regularização completa do veículo, incluindo o emplacamento em nome da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, bem como a entrega de toda a documentação necessária à sua circulação regular, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

6. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas

consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato.

6.5. A fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. A fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à Presidência da Câmara.

6.9. A autoridade competente da Casa, por solicitação da fiscal do contrato, adotará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.10. Constatadas irregularidades, falhas ou defeitos no veículo ou na documentação apresentada, o fiscal deverá comunicar formalmente a contratada, fixando prazo para saneamento, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, se for o caso.

6.11. A fiscalização exercida pela Administração **não** exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, pela qualidade do bem fornecido e pelo cumprimento integral das obrigações contratuais.

6.12. As ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato deverão ser registradas nos autos do processo administrativo, de forma clara e objetiva, para fins de controle, transparência e eventual responsabilização.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O objeto será recebido pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato,

com a devida verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento.

7.3. O objeto poderá ser rejeitado quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. O objeto será recebido definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do objeto; e
- b) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refira à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

7.7. O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de declaração de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar (verificar também o Decreto Municipal Nº 6886/2023, de 22 de agosto de 2023).

7.17. A medição do objeto será realizada **em parcela única**, correspondente ao **fornecimento integral e à entrega definitiva do veículo**, após a verificação do atendimento de todas as especificações técnicas, condições contratuais e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

7.18. O pagamento ficará condicionado à:

- a) entrega do veículo em conformidade com as especificações técnicas mínimas;
- b) regularização documental completa, incluindo **emplacamento em nome da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista**;
- c) inexistência de pendências contratuais ou irregularidades que impeçam o recebimento definitivo do objeto.

7.19. Não será admitido **pagamento antecipado**, total ou parcial, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas e desde que devidamente justificadas e formalizadas nos autos, nos termos da legislação vigente.

7.20. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, serão aplicados

os critérios de atualização e compensação financeira previstos na legislação aplicável e no contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Compete à **Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista**, na condição de contratante:

- a) **Fornecer à contratada todas as informações necessárias** à adequada execução do objeto, no que lhe couber;
- b) **Designar formalmente o gestor e o(s) fiscal(is) do contrato**, comunicando à contratada os respectivos nomes e atribuições;
- c) **Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato**, por meio de servidor(es) designado(s), verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas;
- d) **Receber o objeto**, de forma provisória e definitiva, após a verificação da conformidade do veículo entregue com as exigências deste Termo de Referência, do contrato e da proposta vencedora;
- e) **Atestar a nota fiscal** apresentada pela contratada, quando atendidas todas as condições contratuais;
- f) **Efetuar o pagamento devido**, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, desde que cumpridas integralmente as obrigações pela contratada;
- g) **Comunicar formalmente à contratada** a ocorrência de irregularidades, falhas ou descumprimento de obrigações contratuais, adotando as providências cabíveis;
- h) **Aplicar as sanções administrativas**, quando cabíveis, na forma da legislação vigente e do contrato;
- i) **Providenciar a dotação orçamentária e os recursos financeiros necessários** à execução da contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Compete à **contratada**, além das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato:

- a) **Fornecer e entregar o veículo** objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas mínimas, prazos, condições e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta vencedora;

- b) Entregar o veículo **novo (zero quilômetro)**, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, acompanhado de todos os **acessórios, equipamentos obrigatórios e itens de série** exigidos pela legislação de trânsito vigente;
- c) **Providenciar a regularização completa do veículo**, incluindo **emplacamento em nome da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista**, bem como a entrega de toda a documentação necessária à sua circulação regular, **sem quaisquer ônus adicionais para a Administração**;
- d) Cumprir o **prazo de entrega** estabelecido, responsabilizando-se por eventuais atrasos ou prejuízos decorrentes do descumprimento contratual;
- e) **Prestar garantia de fábrica** pelo período mínimo exigido neste Termo de Referência, assegurando assistência técnica autorizada, nos termos e condições estabelecidos pelo fabricante;
- f) **Responder integralmente pelos vícios, defeitos ou desconformidades** constatadas no veículo fornecido, comprometendo-se a sanar, reparar, substituir ou corrigir o objeto, quando solicitado pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas** no procedimento licitatório;
- h) **Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros** decorrentes da execução do contrato, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade nesse sentido;
- i) **Atender prontamente às solicitações e determinações da fiscalização**, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as providências cabíveis;
- j) **Comunicar formalmente à Administração** qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do contrato ou o cumprimento das obrigações assumidas.
- k) Dar **garantia** do veículo ofertado de no mínimo, 36 (trinta e seis) meses;
- l) **Atender durante o prazo de garantia do veículo**, aos chamados de manutenção corretiva, efetivando os reparos necessários, mediante o encaminhamento imediato à rede autorizada, observados os prazos do fabricante.
- m) **Proceder** durante o período de garantia e em caso de necessidade de **substituição de produtos e/ou componentes que não mais existam no mercado** em razão da evolução ou por qualquer outro motivo, a substituição por produtos e/ou componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores, sem ônus para a Contratante.
- 9.2. Nenhum custo adicional será pago por ocasião de locomoção de técnicos ou aparelhos, sendo os mesmos de inteira responsabilidade da Contratada;
- 9.3. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo produto ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem

defeito de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observado a legislação pertinentes;

9.4. Substituir o automóvel ofertado ou suas peças, acessórios e componentes que apresentem defeito de fabricação por aparelho novo e que possua a mesma especificação técnica originalmente proposta;

9.5. Realizar a entrega do automóvel dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência;

9.6. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça;

9.8. É de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1. deste TERMO DE REFERÊNCIA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1. a 10.1.9.;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.5 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

10.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

32
A.

10.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização;

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

10.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previstos nas Leis n.º 14.133/2021.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. A **estimativa do valor da contratação** foi elaborada com base em **pesquisa de preços previamente realizada**, observando-se os parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as orientações dos órgãos de controle.

11.2. Para a composição da estimativa, foram considerados **preços praticados no mercado**, obtidos a partir de fontes idôneas e compatíveis com o objeto da contratação, incluindo consultas a fornecedores, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e valores divulgados em bases públicas oficiais.

11.3. A pesquisa de preços contemplou **modelos de veículos compatíveis com as especificações técnicas mínimas** estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar a **adequação da estimativa aos valores efetivamente praticados no mercado**, sem direcionamento de marca ou modelo específico.

11.4. As **memórias de cálculo**, os **preços unitários referenciais**, bem como os **documentos que deram suporte à estimativa do valor da contratação**, encontram-se **formalizados em documento próprio**, juntado aos autos do processo administrativo **em apartado**, nos termos do inciso XXIII, alínea "i", do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

11.5. O valor estimado tem caráter **meramente referencial**, destinando-se ao planejamento da contratação e à verificação da compatibilidade das propostas apresentadas, **não constituindo compromisso da Administração** quanto à contratação pelo valor máximo estimado.

11.6. A proposta deverá apresentar o **MENOR PREÇO** para o cumprimento efetivo do objeto previsto no TERMO DE REFERÊNCIA dentro dos prazos definidos.

11.7. Na proposta deverão constar todos os dados da licitante e todos os dados necessários e

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparuaguacu.sp.gov.br

suficientes à caracterização do objeto proposto no certame.

11.8. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA todos os custos referentes a seguros, encargos sociais e tributos incidentes sobre a remuneração bem como despesas com deslocamentos, hospedagem e alimentação relacionadas à execução dos serviços.

11.9. O julgamento da proposta da licitação será tipo MENOR PREÇO.

11.10. A proposta deverá conter a descrição detalhada, valor global/total, devendo o valor ser em moeda corrente nacional, conforme modelo constante no Edital de Licitação, e nele estando inclusas além do lucro todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos de quaisquer naturezas, taxas e impostos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licitação.

11.11. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.

11.12. O valor estimado da contratação é de **R\$ 185.930,33 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta reais, e trinta e três centavos)** conforme anexo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações próprias da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

Equipamentos e Material Permanente

Órgão: 01.00 - Poder Legislativo

Unidade: 01.01 - Corpo Legislativo

Classificação Funcional – 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

13.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o fiscal diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

13.6. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar os documentos de habilitação, listados no item 14, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contados da solicitação do Pregoeiro.

13.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes.

13.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.9. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação abaixo.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/ptbr/empreendedor>;

14.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

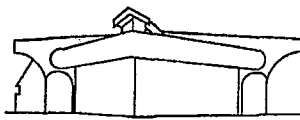
14.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

14.2.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da Proposta;

14.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

36
d

14.2.5. Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação de certidão negativa.

14.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.2.7.1. Tratando-se de empresa sediada em São Paulo – apresentar e-CND (Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos) e e-CRDA (Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa).

14.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.2.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

14.2.10. Obedecer à Instrução Normativa RFB Nº 2145/2023, as Pessoas Jurídicas que não se sujeitam à retenção apresentem o(s) modelo(s) de Declarações da Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012.

14.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.3.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

14.3.2. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens de características equivalentes ou superior com o objeto desta contratação.

14.3.3. O fornecedor deverá entregar em papel timbrado, conforme modelos constantes no Edital de Licitação:

- a) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso;
- b) Declaração de inexistência de fato impeditivo para participação no certame;
- c) Declaração de Pleno Atendimento dos Requerimentos de Habilitação;
- d) Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- e) Declaração de Ausência de Vínculo;

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

f) Declaração de Idoneidade;

g) Declaração de que atende ao Disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

14.3.4. A empresa deverá assegurar a disponibilidade de assistência técnica em rede autorizada nacional, de modo a garantir a execução das revisões e manutenções previstas pelo fabricante. Havendo concessionária ou oficina autorizada em um raio de até 200 km do município de Paraguaçu Paulista/SP, deverá ser dada preferência a esta, considerando a facilidade logística, a redução de custos com deslocamento e o menor tempo de indisponibilidade do veículo.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Eventuais dúvidas ou discordâncias deverão ser remetidas à Equipe de Compras desta Casa de Leis (licitacao@paraguacupaulista.sp.leg.br). Os elementos, informações e esclarecimentos relativos à contratação serão fornecidos diretamente pelo e-mail indicado, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira.

15.2. Os esclarecimentos deverão ser feitos antes da apresentação da proposta, não se admitindo durante a execução do contrato que o vencedor alegue desconhecimento ou dificuldade de compreensão sobre algum serviço especificado, orçado ou desenhado.


15.3. As sanções relacionadas a execução do contrato são aquelas previstas Lei 14.133/2021.

15.4. A contratada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados nesta contratação.

15.5. Fica segurado à Autoridade Superior competente, mediante justificativa motivada, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogá-la total ou parcialmente.

15.6. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.

Paraguaçu Paulista, 22 de abril de 2026.


Leonardo Volcean Carreno
Agente de Contratações



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Maria Tereza P. dos Reis
Maria Tereza Pêres dos Reis

Equipe de Apoio

Maria Neusa Gerolamo de Oliveira
Maria Neusa Gerolamo de Oliveira
Equipe de Apoio

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

Pregão Eletrônico nº 01/2026

Assunto: Aquisição de veículo zero km, tipo sedan com 5 lugares, para atender as necessidades da Câmara Municipal.

JUSTIFICATIVA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

Tendo em vista a conclusão da minuta do Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 01/2026, que tem por objeto a aquisição de veículo automotor zero quilômetro, tipo passeio, com capacidade para 5 ocupantes, apresenta-se a seguir a motivação das condições nele estabelecidas.

As especificações constantes do edital foram definidas com base nos seguintes fundamentos:

Necessidade Administrativa

A aquisição do veículo visa suprir a demanda da Câmara Municipal por meio de transporte institucional adequado, visando deslocamentos administrativos, visitas técnicas, eventos oficiais e demais atividades institucionais.

Definição das Especificações Técnicas

As exigências técnicas (como motorização mínima, dimensões, tipo de câmbio, combustível, cor, e demais itens) foram fundamentadas:

- na análise de modelos similares disponíveis no mercado;
- em parâmetros usualmente adotados por órgãos públicos para veículos institucionais;
- na busca por desempenho, durabilidade, conforto, economia e manutenção facilitada;
- e, sobretudo, no alinhamento com a realidade orçamentária da Administração.

Justificativa dos Requisitos Técnicos

- **Cor sólida preta, para-choques na mesma cor do veículo:** a padronização da frota oficial em cor única contribui para a identidade institucional do Poder Legislativo, facilitando a identificação visual, transmitindo unidade administrativa e profissionalismo, além de proporcionar maior facilidade de manutenção estética.

- **Veículo zero km, ano de fabricação igual ou superior ao da entrega e último modelo vigente:** garante maior durabilidade do bem, cobertura integral da garantia de fábrica e menor risco de manutenção corretiva, assegurando economicidade no ciclo de vida.
- **Capacidade mínima para 05 ocupantes, volume mínimo do porta-malas de 450 litros:** atende à necessidade de deslocamentos institucionais de servidores e materiais, com conforto e funcionalidade compatíveis ao uso oficial.
- **Motorização flex ou gasolina com potência mínima de 120 CV (mínimo 1.8L), câmbio automático de no mínimo 6 marchas:** assegura desempenho adequado em deslocamentos urbanos e rodoviários, com eficiência e confiabilidade, considerando ainda a disponibilidade ampla no mercado automotivo nacional.
- **Direção com assistência elétrica ou equivalente:** proporciona maior conforto e segurança na condução, reduzindo esforço físico do condutor e aumentando a precisão da direção.
- **Conjunto mínimo de 6 airbags, freios ABS, EBD e BAS, assistentes de segurança (pré-colisão, permanência em faixa, alerta de oscilação):** atendem aos padrões contemporâneos de segurança veicular, reduzindo riscos de acidentes e preservando a integridade dos ocupantes, em consonância com as melhores práticas de proteção passiva e ativa.
- **Aviso de desfivelamento dos cintos, cintos de três pontos em todos os assentos, encostos de cabeça ajustáveis:** reforçam a segurança de todos os ocupantes, em conformidade com normas técnicas e regulamentos de trânsito.
- **Ar-condicionado digital automático, com saídas traseiras, bancos em couro, apoio de braço e banco do motorista com ajuste de altura:** asseguram conforto térmico e ergonômico, compatíveis com a natureza representativa do veículo e com a dignidade no transporte de autoridades e servidores, além de garantir uma maior durabilidade dos bancos, facilidade de higienização e menor desgaste em uso institucional intenso.
- **Vidros elétricos com função antiesmagamento, retrovisores elétricos e retrovisor interno antiofuscamento:** incrementam a segurança e o conforto do condutor, reduzindo riscos de acidentes.
- **Rodas aro mínimo de 16" com estepe equivalente, pneus radiais compatíveis, lanternas com DRL e luzes em LED, câmera de ré:** garantem maior durabilidade, visibilidade, segurança em manobras e adequação às condições urbanas e rodoviárias.
- **Travas elétricas com travamento automático, volante multifuncional, piloto automático, sistema de som, computador de bordo, indicador de temperatura externa e alarme perimétrico:** itens de conveniência e segurança que asseguram eficiência na condução, redução de fadiga e proteção patrimonial.

- **Barras de proteção lateral, luz no porta-malas e porta-luvas, jogo de tapetes e equipamentos obrigatórios:** requisitos básicos de segurança, funcionalidade e atendimento à legislação de trânsito vigente.
- **Veículo entregue em nome da Câmara Municipal Paraguaçu Paulista:** garante a imediata utilização do bem público, sem necessidade de gastos adicionais para regularização.

Assim, as especificações não se restringem a preferências subjetivas, mas refletem **padrões técnicos de qualidade, segurança, conforto e eficiência**, amplamente disponíveis no mercado nacional, assegurando competitividade e plena aderência à legislação vigente.

Forma de Disputa e Critério de Julgamento

A modalidade de pregão eletrônico foi escolhida em conformidade com o art. 28, §1º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto comum e amplamente comercializado.

O critério de julgamento por menor preço é o mais adequado, visto que todas as especificações já estão devidamente detalhadas no edital, não havendo margem para avaliação subjetiva.

Prazo de Entrega e Condições de Pagamento

O prazo de entrega, de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, visa assegurar o atendimento rápido da demanda institucional, sendo compatível com os prazos usualmente praticados no mercado.

As condições de pagamento previstas respeitam os princípios da economicidade, equilíbrio contratual e regularidade fiscal da Administração.

Garantias e Assistência Técnica

Exigiu-se garantia mínima de fábrica de 36 (trinta e seis) meses, visando assegurar o pleno funcionamento do bem e evitar custos com manutenção precoce, o que se justifica dada a natureza do objeto (bem durável) e seu uso contínuo.

Justificativa das Exigências de Habilitação

As exigências de habilitação previstas no edital têm como finalidade assegurar que os licitantes possuam regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica compatível com as obrigações decorrentes da contratação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

A **habilitação jurídica** tem por objetivo verificar a legitimidade da constituição e da atuação da empresa ou pessoa física participante, garantindo que esteja formalmente habilitada para contratar com a Administração Pública.

A **regularidade fiscal, social e trabalhista** é exigida para assegurar que a licitante esteja em dia com suas obrigações legais perante os entes federativos e com seus trabalhadores,


conforme os princípios da legalidade, moralidade e interesse público.


A **qualificação técnica** busca verificar a capacidade operacional do fornecedor para a entrega do objeto licitado. O licitante deverá declarar que a garantia será prestada por rede autorizada com cobertura na região da sede da Câmara Municipal, visando assegurar suporte técnico presencial, especialmente no cumprimento de garantias, revisões ou eventuais adequações.

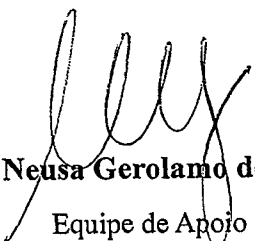
Todas as exigências foram formuladas com base nos incisos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vinculação ao objeto, sem criação de barreiras indevidas à competitividade.

Assim, as condições estabelecidas no edital foram cuidadosamente fundamentadas em critérios técnicos, legais e de interesse público, não havendo exigências que limitem a competitividade ou afrontem os princípios da isonomia, legalidade e eficiência.

Paraguaçu Paulista, 22 de abril de 2026.


Leonardo Volcean Carreno
Agente de Contratações


Maria Tereza Peres dos Reis
Equipe de Apoio


Maria Neusa Gerolamo de Oliveira
Equipe de Apoio

Cotações Sites Oficiais

44
ap.



Escolha o tipo de motorização

Combustão

Híbrido ⚡

Esportivo 🏎️

Conheça as versões

Corolla 2026

XEi

Altis Premium



Arraste para girar

Selecione a cor



Branco Polar (040)

A partir de:

R\$ 174.990,00

Frete Incluso. Preço base: Brasília¹.

Eu quero

Preços & Versões

Escolha a que mais combina com você.

Modelo mais vendido



Advance CVT

ESPECIFICAÇÕES

Preço Inicial ⓘ

R\$174.490,00

VEJA OFERTAS DISPONÍVEIS



Exclusive CVT Int. Premium

ESPECIFICAÇÕES

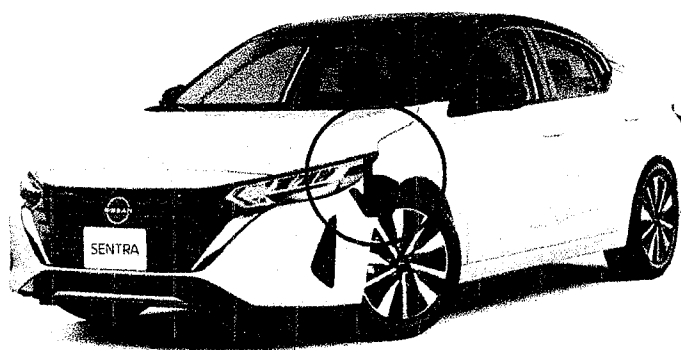
Preço Inicial ⓘ

R\$198.790,00

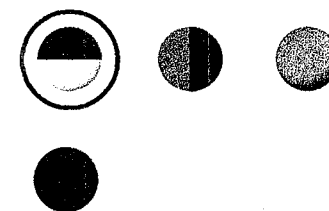
VEJA OFERTAS DISPONÍVEIS



45
87



**BRANCO DIAMOND
COM TETO PRETO
PREMIUM**



Imagens ilustrativas da
versão Exclusive CVT Int.
Premium. Podem conter
diferenças entre as versões.



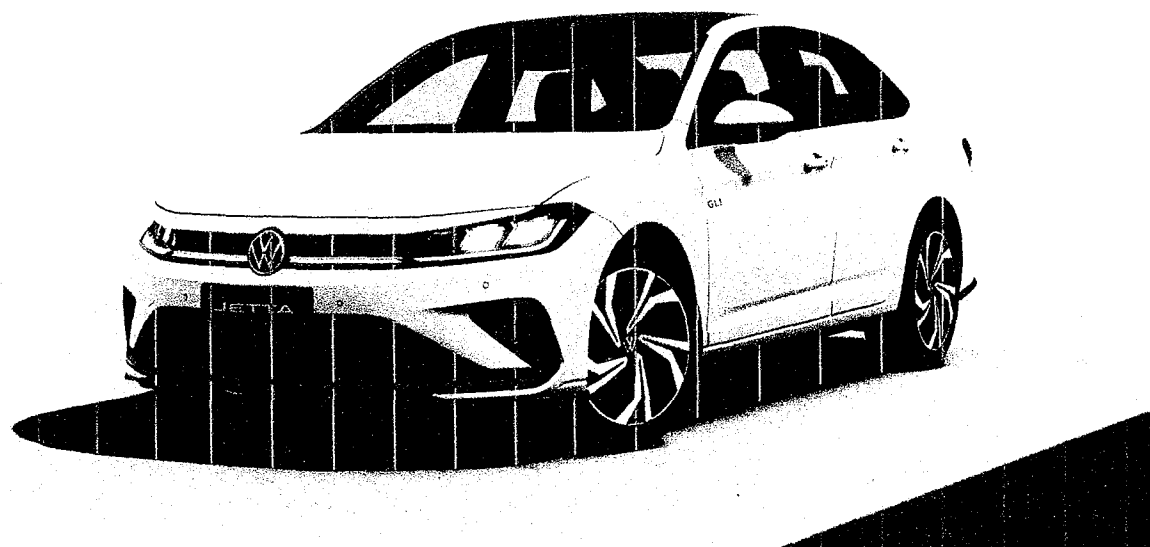
46h

[Ver modelos](#)[Versões](#)[Personalização](#)[Escolha a cor](#)[Acabamento interno](#)[Ir para o resumo](#)

Jetta GLI 350 TSI 231cv Automática DSG, Tiptronic – 7 velocidades

Jetta. GLI 350 TSI

1 Motor

[Equipamentos de série](#)[Dados técnicos](#)**350 TSI**

Automática DSG, Tiptronic – 7 velocidades

Gasolina Automático Tração dianteira

Preço Preço Total

R\$ 275.390,00

Potência

231cv[Mais informação](#)Preço Preço Total
R\$ 275.390,00

Cores →



Copyright

th

Cotações Locação Veículo

13:24



49
xf



+55 11 94100-1140

Conta comercial



Hoje

As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Somente as pessoas que fazem parte da conversa podem ler, ouvir e compartilhar esse conteúdo. Saiba mais

oi 13:06 ✓✓

Boa tarde, aqui é Leonardo, agente de contratações da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

Estamos pensando na possibilidade de alugar um automóvel para a Câmara, o modelo poderia ser um Corolla 2.0 ou similar (Sentra ou Jetta).

Gostaria de receber uma proposta de preços, e saber como funciona a locação, valores, se é pagamento mensal, anual, etc.

Fico no aguardo e qualquer dúvida pode me chamar.

Att,

13:06 ✓✓



Mensagem



13:24



50
21.



Unidas loc car



sobre muitas ou cobranças. 0800 773 4042
58

Para Atendimento 24hr (sinistro, guincho, chaveiro) : 0800-773-4042

Vem pra Unidas! 📍🚗

Nosso horário de atendimento é de seg a sex das 8:00h às 18:00h. Sab das 08:00h às 12:00h.

Domingos e feriados, Fechado

13:03

Bom dia

13:04

tudo bem?

13:04

Boa tarde, aqui é Leonardo, agente de contratações da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

Estamos pensando na possibilidade de alugar um automóvel para a Câmara, o modelo poderia ser um Corolla 2.0 ou similar (Sentra ou Jetta).

Gostaria de receber uma proposta de preços, e saber como funciona a locação, valores, se é pagamento mensal, anual, etc.

Fico no aguardo e qualquer dúvida pode me chamar.

Att,

13:04 ✓✓

mensal km é controlado, porém a Unidas não consegue cadastrar prefeitura



13:05



Mensagem



13:24



51
A.

← WG WG loc car



Hoje

As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Somente as pessoas que fazem parte da conversa podem ler, ouvir e compartilhar esse conteúdo. Saiba mais

Oi 13:08 ✓✓

Boa tarde, aqui é Leonardo, agente de contratações da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

Estamos pensando na possibilidade de alugar um automóvel para a Câmara, o modelo poderia ser um Corolla 2.0 ou similar (Sentra ou Jetta).

Gostaria de receber uma proposta de preços, e saber como funciona a locação, valores, se é pagamento mensal, anual, etc.

Fico no aguardo e qualquer dúvida pode me chamar.

Att,

13:08 ✓✓

😊 Mensagem



13:24



52
dl.



Aluguel Brasil loc car

Conta comercial



Hoje

As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Somente as pessoas que fazem parte da conversa podem ler, ouvir e compartilhar esse conteúdo. Saiba mais

oi 13:08 //

Boa tarde, aqui é Leonardo, agente de contratações da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

Estamos pensando na possibilidade de alugar um automóvel para a Câmara, o modelo poderia ser um Corolla 2.0 ou similar (Sentra ou Jetta).

Gostaria de receber uma proposta de preços, e saber como funciona a locação, valores, se é pagamento mensal, anual, etc.

Fico no aguardo e qualquer dúvida pode me chamar.

Att,

13:08 //

Olá! 🌻

Obrigado pelo seu contato com a Alugue Brasil Locadora.

Será um prazer te ajudar com os valores de locação 😊

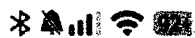
Para enviarmos a melhor opção e o valor correto, pode nos informar, por favor:



Mensagem



13:24



53
A.



Caribe loc car

Conta comercial



Hoje

As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Somente as pessoas que fazem parte da conversa podem ler, ouvir e compartilhar esse conteúdo. Saiba mais

oi

13:04 ✓✓

Boa tarde, aqui é Leonardo, agente de contratações da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

Estamos pensando na possibilidade de alugar um automóvel para a Câmara, o modelo poderia ser um Corolla 2.0 ou similar (Sentra ou Jetta).

Gostaria de receber uma proposta de preços, e saber como funciona a locação, valores, se é pagamento mensal, anual, etc.

Fico no aguardo e qualquer dúvida pode me chamar.

Att,

13:04 ✓✓

Boa tarde Leonardo, sou a Simone

13:05

Tudo bem?

13:05

Qual seria o período estimado da locação ?

↳ 2 respostas

13:06

Vou enviar nosso catálogo para ver as categorias que trabalhamos

13:06



Corolla não vamos ter



Mensagem



13:24



54
M



Nossa Frota loc car

online



Hoje

As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Somente as pessoas que fazem parte da conversa podem ler, ouvir e compartilhar esse conteúdo. Saiba mais

oi 13:11 ✓✓

Boa tarde, aqui é Leonardo, agente de contratações da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

Estamos pensando na possibilidade de alugar um automóvel para a Câmara, o modelo poderia ser um Corolla 2.0 ou similar (Sentra ou Jetta).

Gostaria de receber uma proposta de preços, e saber como funciona a locação, valores, se é pagamento mensal, anual, etc.

Fico no aguardo e qualquer dúvida pode me chamar.

Att,

13:11 ✓✓

Olá! Bem-vindo à **Nossa Frota Aluguel de Carros**.

Como posso te ajudar hoje?

(Responda com o número da opção) 13:11



1- Quero Alugar



2- Assistência para veículo locado



Mensagem



Propostas Locação Veículo

56
A.

13:38



Nossa Frota loc car

online



1000km, 2500km e 3500k

13:22

qual km atenderia ?

13:22

3500

13:23 ✓✓

Grupo Ex 3500km \

R\$5200,00 no cartão em 4x sem juros e

no pix a vista R\$5044,00 \

caução no valor R\$2000,00 \

km excedente a R\$0,95 por km

13:32

Nossos valores já contam com a proteção do nosso veículo e de veículos de terceiros, o cliente é responsável pelas seguintes participações em casos de sinistros:\

\

• Em caso de perda total, incêndio, roubo ou furto a participação é 10% do valor da tabela do veículo;

• Para pequenos danos e avarias, a participação é de até 6% do valor do veículo;

• Para sinistros envolvendo veículo de terceiro a participação é R\$ 2.500,00 e os limites da cobertura estão descritos no contrato de locação.

13:32

vc pode me mandar um orçamento formal, PDF , certinho, por favor?

13:33 ✓✓

posso formular para o senhor mas vou lhe informar que não atendemos órgãos públicos.

13:35



Mensagem



07:34

76



Aluguel Brasil loc car

Conta comercial



2 - 5000 km

3 - Sedan

13:11

Boa tarde

15:37

Trabalhamos no maximo com 3.000km

15:38



Aluguel Brasil loc car

Trabalhamos no maximo com 3.000km

Pode ser

15:38

Sedan versa

3.000km - R\$4.990,00

km excedente - R\$1,29

15:39

Para locar é necessário: ser maior de 21 anos, ter mais de 2 anos de habilitação; Cadastro pré-aprovado pela rede Alugue Brasil; Pagamento na retirada do veículo e caução em cartão de crédito: Carro manual caução de R\$1.000,00 Utilitários e automáticos caução a partir de R\$2.000,00.

Cartão de crédito nominal e Físico (não aceitamos cartões de terceiros e nem em formato digital)

⚠ Não alugamos para uso em aplicativos/táxi e é proibido para viagens internacionais/Paraguai ou áreas de fronteira.

15:39

Ok obrigado

15:44



Mensagem





ALUGUEL DE CARROS

58
A.

Orçamento Aluguel de Carro

Assis, 23 de março de 2026.

À
Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

- Utilização: comercial.
- Contrato: 30 dias.
- Manutenção preventiva em razão do desgaste natural do carro por conta da Locadora.
- Carro reserva 48 horas úteis para substituição, retirada na unidade da Locadora.
- Km mensal contratado: 5.000.
- Seguro incluso, limites de cobertura e coparticipações:
 - Danos materiais R\$ 150.000,00.**
 - Danos corporais R\$ 100.000,00.**
 - Coparticipação obrigatória para furto, roubo, perda total e parcial: R\$ 6.000,00.
 - Coparticipação para terceiro: R\$ 1.500,00.
- Forma de pagamento: faturado.

| Quant. | Grupo C | Modelo | Mensal | Km extra |
|--------|-----------|--------------------------|--------------|----------|
| 1 | Sedan At. | Cronos, Hb20s ou similar | R\$ 4.897,00 | R\$ 1,39 |
| x | x | x | x | x |

Validade do orçamento: 10 dias.

Atenciosamente,

Simone Barbosa.

📍 AV. LUIZ SALDANHA RODRIGUES, 1844
NOVA OURINHOS, **OURINHOS-SP**
14 3325-3140
14 99631-3637

📍 AV. MARECHAL DEODORO, 136
CENTRO, **ASSIS-SP**
18 3324-5050
18 99640-5052

🌐 www.carribe.com.br
📱 @carribealugueldecarrros
✉ carribe@carribe.com.br



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

59
H.

**PREGÃO 01/2026
AQUISIÇÃO VEÍCULO**

PESQUISA SITES OFICIAIS DAS MONTADORAS

| Empresa | Modelo Veículo | Valor |
|------------|--------------------|----------------|
| Toyota | Corolla 2026 XEi | R\$ 174.990,00 |
| Nissan | Sentra Advance CVT | R\$ 174.490,00 |
| Volkswagen | Jetta GLI | R\$ 275.390,00 |

Valor médio: R\$ 208.290,00


PESQUISA EMPRESAS LOCAÇÃO

| Empresa | Valor Mensal Km entre 3.000 e 5.000 (varia de acordo com a política da empresa) | Valor Anual |
|---|--|---------------|
| Nossa Frota (Presidente Prudente/SP) | R\$ 5.200,00 | R\$ 62.400,00 |
| Alugue Brasil Nossa Frota (Presidente Prudente/SP) | R\$ 4.990,00 | R\$ 59.880,00 |
| Caribe Aluguel de Veículos (Assis/SP) | R\$ 4.897,00 | R\$ 58.764,00 |

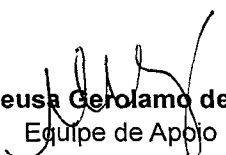
Valor médio mensal: R\$ 5.029,00

Valor médio anual: R\$ 60.348,00

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 24 de março de 2026


Leonardo Volcean Carreno
Agente de Contratações


Maria Tereza Peres dos Reis
Equipe de Apoio


Maria Neusa Gerolamo de Oliveira
Equipe de Apoio

60
21.

ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

| MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO | |
|--|--|
| <p align="center">RELATÓRIO DE ANÁLISE DE RISCOS - RAI (Art. 72, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021)</p> | |
| <p>O objeto da contratação consiste na aquisição de 1 (um) veículo automotor, novo (zero quilômetro), do tipo Sedan médio, 5 lugares, conforme as especificações mínimas estabelecidas em Estudo Técnico Preliminar.</p> | |


| MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO | |
|--|---|
| RISCO 01 – LICITAÇÃO NÃO REALIZADA EM TEMPO HÁBIL | |
| Probabilidade | (X) Baixa () Média () Alta |
| Impacto | (X) Baixa () Média () Alta |
| Observações | O risco é mitigado pelo planejamento antecipado do processo, cronograma de etapas definido e monitoramento pela equipe de compras. |
| RISCO 02 – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL | |
| Probabilidade | (X) Baixa () Média () Alta |
| Impacto | (X) Baixa () Média () Alta |
| Observações | Risco reduzido em razão da elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência com especificações compatíveis com o mercado, além da análise jurídica prévia do edital. |
| RISCO 03 – ESTIMATIVA DE PREÇOS EM DESCOMPASSO COM OS VALORES DE MERCADO | |
| Probabilidade | (X) Baixa () Média () Alta |
| Impacto | (X) Baixa () Média () Alta |
| Observações | O risco foi mitigado mediante realização de pesquisa de preços robusta, compondo uma cesta de preços obtidos junto a contratações similares, tabelas oficiais e bases públicas, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021. |
| RISCO 04 – LICITAÇÃO RESULTA SEM VENCEDOR HABILITADO | |
| Probabilidade | (X) Baixa () Média () Alta |
| Impacto | (X) Baixa () Média () Alta |
| Observações | A probabilidade é baixa, pois as exigências de habilitação são proporcionais ao objeto e não restringem a competitividade. |
| RISCO 05 – CONTRATADA DEIXA DE ATENDER AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS/TÉCNICAS PARA FORNECER O MATERIAL | |
| Probabilidade | (X) Baixa () Média () Alta |
| Impacto | (X) Baixa () Média () Alta |
| Observações | Mitigado pela exigência de regularidade fiscal e trabalhista, além de |


61
21.

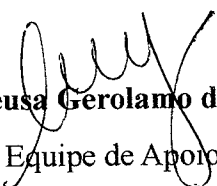
| | |
|---|---|
| | qualificação técnica compatível com o objeto. |
| RISCO 06 – PRODUTO ENTREGUE DE FORMA INSATISFATÓRIA/DEFICIENTE | |
| Probabilidade | (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta |
| Impacto | (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta |
| Observações | Risco reduzido pelo detalhamento das especificações mínimas do veículo e pela garantia legal e contratual oferecida pela fabricante. |
| RISCO 07 – OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO | |
| Probabilidade | (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta |
| Impacto | (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta |
| Observações | A hipótese é remota, considerando que a entrega do veículo é simples, feita em concessionária autorizada, sem necessidade de execução de serviços de risco. |
| CONCLUSÃO | |
| Ante todo o exposto, verifica-se a existência de risco de nível: | (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixo () Médio () Alto |

É a análise de risco.

Paraguaçu Paulista, 24 de março de 2026


Leonardo Vorcean Carreno
 Agente de Contratações


Maria Tereza Peres dos Reis
 Equipe de Apoio


Maria Neusa Gerolamo de Oliveira
 Equipe de Apoio

62
LR


Pregão Eletrônico nº 01/2026

Assunto: Aquisição de veículo zero km, com 5 lugares.


COMPARATIVO MODELOS DISPONÍVEIS NO MERCADO

| Especificação | Toyota Corolla XEi 2.0 2026 | Nissan Sentra 2.0 Advance CVT 2026 | Volkswagen Jetta GLI 2.0 TSI 2026 |
|--|--|---|--|
| Cor sólida preta, para-choques na mesma cor do veículo | Sim | Sim | Sim |
| Ano de fabricação igual ou superior ao da entrega | 2025 | 2025 | 2025 |
| Capacidade mínima para 5 ocupantes | 5 lugares | 5 lugares | 5 lugares |
| Volume mínimo do porta-malas: 450 L | 470 L | 466 L | 510 L |
| Motorização flex ou gasolina com potência mínima de 120 CV (mínimo 1.8L) | 175 CV (2.0L) | 151 CV (2.0L) | 231 CV (2.0 TSI) |
| Câmbio automático com no mínimo 6 marchas ou equivalente | CVT de 10 marchas | CVT de 8 marchas | DSG de 7 marchas |
| Direção com assistência elétrica ou equivalente | Sim | Sim | Sim |
| Conjunto mínimo de 6 airbags | 6 airbags | 6 airbags | 6 airbags |
| Sistema de freios com ABS, EBD e BAS | Sim | Sim | Sim |
| Assistentes de segurança (pré-colisão frontal, permanência em faixa, alerta de oscilação) | Sim | Sim | Sim |
| Aviso luminoso e sonoro para desfivelamento dos cintos | Sim | Sim | Sim |
| Cintos de três pontos para todos os ocupantes, incluindo o banco traseiro central | Sim | Sim | Sim |
| Encostos de cabeça dianteiros e traseiros ajustáveis | Sim | Sim | Sim |
| Sistema de ar-condicionado digital automático, com saídas para os bancos traseiros | Sim | Sim | Sim |
| Bancos com revestimento de couro | Sim | Sim | Sim |

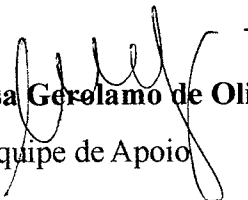
| Especificação | Toyota Corolla XEi 2.0 2026 | Nissan Sentra 2.0 Advance CVT 2026 | Volkswagen Jetta GLI 2.0 TSI 2026 |
|---|--|---|--|
| Apoio de braço para motorista, banco do motorista com ajuste de altura | Sim | Sim | Sim |
| Vidros elétricos nas quatro portas, função antiesmagamento mínimo para o motorista | Sim | Sim | Sim |
| Retrovisores externos com regulagem elétrica | Sim | Sim | Sim |
| Retrovisor interno preferencialmente com antiofuscamento | Não | Sim | Sim |
| Rodas com aro mínimo de 16", com estepe equivalente | Aro 17" | Aro 17" | Aro 18" |
| Pneus radiais compatíveis com o modelo fornecido | Sim | Sim | Sim |
| Lanternas dianteiras com DRL e traseiras com luz de freio, ré e neblina LED | Sim | Sim | Sim |
| Câmera de ré para assistência em manobras | Sim | Sim | Sim |
| Travas elétricas nas quatro portas e travamento automático em movimento | Sim | Sim | Sim |
| Volante multifuncional | Sim | Sim | Sim |
| Piloto automático | Sim | Sim | Sim |
| Sistema de som com conectividade USB/Bluetooth | Sim | Sim | Sim |
| Computador de bordo | Sim | Sim | Sim |
| Indicador de temperatura externa | Sim | Sim | Sim |
| Alarme perimétrico | Sim | Sim | Sim |
| Barras de proteção lateral nas portas | Sim | Sim | Sim |
| Luz no porta-malas e no porta-luvas | Sim | Sim | Sim |
| Jogo de tapetes e equipamentos obrigatórios exigidos por lei | Sim | Sim | Sim |



Leonardo Volcean Carreno
Agente de Contratações



Maria Tereza Peres dos Reis
Equipe de Apoio



Maria Neusa Gerolamo de Oliveira
Equipe de Apoio

65
LM

Pregão Eletrônico nº 01/2026

Assunto: Aquisição de veículo zero km, tipo sedan com 5 lugares, para atender as necessidades da Câmara Municipal.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

I. FONTES CONSULTADAS

Para definição do valor estimado da contratação foram priorizadas as consultas aos sistemas oficiais de governo (inciso I do §1 do art. 23 da Lei 14.133/21) e contratações similares feitas pela Administração Pública (inciso II do §1 do art. 23 da Lei 14.133/21) em conformidade com o art 5º, §1, da IN SEGES/ME nº 65 de 2021. Esses resultados estão dispostos no relatório de pesquisa de preços do site compras.gov (oriundos das bases de dados do compras.gov.br- sistema oficial do Poder Executivo Federal) e demais anexos.

Complementarmente, foram consultadas tabelas de referências (inciso III do §1 do art. 23 da Lei 14.133/21).

II. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

A pesquisa de preços ocorreu no módulo de **pesquisa de preços do Governo Federal**, localizando os seguintes resultados:

- Item 01, **código 484528**: Automóvel tipo Sedan médio, com motor mínimo de 1.8 L, 5 portas, combustível gasolina ou flex, potência mínima de 120 CV, capacidade do tanque de combustível compatível com o modelo ofertado, capacidade mínima de porta-malas de 450 litros, capacidade para 5 passageiros, câmbio automático com no mínimo 6 marchas ou equivalente, na cor preta. Direção elétrica, ar-condicionado digital, central multimídia com GPS, rodas de liga leve, sensores de estacionamento e câmera de ré. Itens obrigatórios de segurança conforme legislação vigente.

Consigna-se que foram eliminados 5 resultados encontrados com valores abaixo de 50% do ETP, portanto, considerados inexecutáveis.

| Item | Descrição | Qtde | MEDIANA - COMPRAS GOV | |
|------|--|-------------|-----------------------|----------------|
| | | | Valor unitário | Valor total |
| 01 | Automóvel tipo Sedan médio, com motor mínimo de 1.8, 5 portas, combustível gasolina ou flex, potência mínima de 120 CV, capacidade do tanque de combustível compatível com o modelo ofertado, capacidade mínima de porta-malas de 450 litros, capacidade para 5 passageiros, câmbio automático com | 01 unid. | R\$ 175.990,00 | R\$ 175.990,00 |

66
LP

| | | | | |
|-------|---|--|--|----------------|
| | no mínimo 6 marchas ou equivalente, na cor preta. | | | |
| TOTAL | | | | R\$ 175.990,00 |

Com a pesquisa de preços, foram encontrados os seguintes resultados de pesquisa em contratações similares feitas pela Administração Pública:

- Edital nº 90002/2025 - CAMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA/SP

Data de divulgação no PNCP: 08/12/2025.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/52152923000162/2025/5>

- Edital nº 029/2025 - CAMARA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG

Data de divulgação no PNCP: 30/09/2025.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/19092071000190/2025/26>

- Edital nº 90001/2025 - MUNICIPIO DE CANDIDO MOTA/SP

Data de divulgação no PNCP: 15/10/2025.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/46179958000192/2025/195>

| Item | Descrição | Qtde | CAMARA MUNICIPAL DE ITIRAPINA/SP | | CAMARA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG | | MUNICIPIO DE CANDIDO MOTA | |
|------|--|---------|----------------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|---------------------------|----------------|
| | | | Valor unitário | Valor total | Valor unitário | Valor total | Valor unitário | Valor total |
| 01 | Automóvel tipo Sedan médio, com motor mínimo de 1.8 L, 5 portas, combustível gasolina ou flex, potência mínima de 120 CV, capacidade do tanque de combustível compatível com o modelo ofertado, capacidade mínima de porta-malas de 450 litros, capacidade para 5 passageiros, câmbio automático com no mínimo 6 marchas ou equivalente, na cor preta, | 01 unid | R\$ 191.000,00 | R\$ 191.000,00 | R\$ 159.000,00 | R\$ 159.000,00 | R\$ 170.000,00 | R\$ 170.000,00 |

67
sf.

| | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| | demais itens conforme TR. | | | | | | | |
| Média: R\$ 173.333,00 | | | | | | | | |

Por fim, buscou-se preços em **tabelas de referência**, alcançando os seguintes resultados:

| Item | Descrição | Qtde | Tabela FIPE | |
|-----------------------|---|------|----------------|----------------|
| | | | Valor unitário | Valor total |
| 01 | Automóvel tipo Sedan médio, com motor mínimo de 1.8 L, 5 portas, combustível gasolina ou flex, potência mínima de 120 CV, capacidade do tanque de combustível compatível com o modelo ofertado, capacidade mínima de porta-malas de 450 litros, capacidade para 5 passageiros, câmbio automático com no mínimo 6 marchas ou equivalente, na cor preta, demais itens conforme TR. <u>Utilizando como referência o Toyota Corolla XEi 2.0 2026 que atende a todos os requisitos.</u> | 1 | R\$ 188.030,00 | R\$ 188.030,00 |
| 02 | Automóvel tipo Sedan médio, com motor mínimo de 1.8 L, 5 portas, combustível gasolina ou flex, potência mínima de 120 CV, capacidade do tanque de combustível compatível com o modelo ofertado, capacidade mínima de porta-malas de 450 litros, capacidade para 5 passageiros, câmbio automático com no mínimo 6 marchas ou equivalente, na cor preta, demais itens conforme TR. <u>Utilizando como referência o Nissan Sentra Advance 2.0 2026 que atende a todos os requisitos.</u> | 1 | R\$ 171.435,00 | R\$ 171.435,00 |
| 03 | Automóvel tipo Sedan médio, com motor mínimo de 1.8 L, 5 portas, combustível gasolina ou flex, potência mínima de 120 CV, capacidade do tanque de combustível compatível com o modelo ofertado, capacidade mínima de porta-malas de 450 litros, capacidade para 5 passageiros, câmbio automático com no mínimo 6 marchas ou equivalente, na cor preta, demais itens conforme TR. <u>Utilizando como referência o Volkswagen Jetta GLI 2.0 TSI 2026 que atende a todos os requisitos.</u> | 1 | R\$ 265.939,00 | R\$ 265.939,00 |
| Média: R\$ 208.468,00 | | | | |

Portanto, ao fim das pesquisas de preços, a “**cesta de preços**” está composta da seguinte forma:

| Item | Descrição | Qtde | MEDIANA - COMPRAS GOV | MÉDIA DE CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | TABELAS DE REFERÊNCIA |
|------|--|----------|-----------------------|---|-----------------------|
| | | | Valor total | Valor total | Valor total |
| 01 | Automóvel tipo Sedan médio, com motor mínimo de 1.8 L, 5 portas, combustível gasolina ou | 01 unid. | R\$ 175.990,00 | R\$ 173.333,00 | R\$ 208.468,00 |

68
24

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| flex, potência mínima de 120 CV, capacidade do tanque de combustível compatível com o modelo ofertado, capacidade mínima de porta-malas de 450 litros, capacidade para 5 passageiros, câmbio automático com no mínimo 6 marchas ou equivalente, na cor preta. | | | | |
| Média: R\$ 185.930,33 | | | | |

III. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

O preço estimado foi obtido por meio de uma **cesta de preços**, utilizando o método da **média** para a combinação do melhor preço aferido por diversos parâmetros do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

IV. JUSTIFICATIVA PARA A METODOLOGIA UTILIZADA:

Conforme texto expresso no art. 23, §1, inciso I, da Lei Federal 14.133/21, quando utilizado sistemas oficiais de governo, deve ser utilizado a MEDIANA como método matemático para definição do valor estimado da contratação.

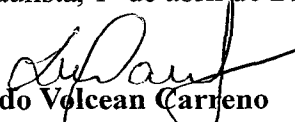
Em razão da baixa quantidade de amostras, a média foi o método matemático empregado para estimar o preço dos demais incisos.

A cesta de preços, que combina os incisos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, foi escolhida para garantir a obtenção de um valor mais confiável e representativo. Ao utilizar uma variedade de fontes, o preço estimado se torna mais robusto e menos suscetível a distorções causadas por uma única fonte ou por eventuais variações de mercado, assegurando que o valor final reflita uma análise abrangente e precisa, conferindo maior confiabilidade e transparência ao processo de contratação pública.

V. CONCLUSÃO

O preço estimado da contratação é **R\$ 185.930,33 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta reais, e trinta e três centavos)**, conforme o exposto neste documento.

Paraguaçu Paulista, 1º de abril de 2026


Leonardo Volcean Carreno
Agente de Contratações



Camara Municipal de Itirapina

NOTA DE EMPENHO

69
24

| | |
|------------------------------|--------|
| Fornecedor | Codigo |
| MAGGI MOTORS LTDA | 10479 |
| C.N.P.J.: 03.703.339/0001-42 | |

| | | | |
|-----------------------------------|------------|-------------|---------|
| Descricao | Data | Processo | Empenho |
| AUTOMOVEI SEDAN 5 LUGARES ZERO KM | 19/12/2025 | E90002-2025 | 00309 |

Tipo

ORDINARIO

Fonte 01 TESOIRO
C.Apl 1100000 GERAL

Desp 00009

Processo Contabil 410/2025-00

| Classificacao | |
|---------------------------|---------------------------------|
| Institucional | |
| Orgao: 01 | Poder legislativo |
| Unidade Orcamentaria: 01 | Camara municipal |
| Unidade de Despesa...: 01 | Corpo legislativo e secretarias |

Programa de Trabalho

| | |
|----------------------|--------------------------------|
| Funcao: 01 | Legislativa |
| Subfuncao: 031 | Acao legislativa |
| Programa: 9001 | Processo legislativo |
| Acao: 2101 | Manutencao da camara municipal |

Natureza da Despesa...:
4.4.90.52.48

Veiculos diversos

| | |
|------------------------|------------|
| Dotacao | 295.000,00 |
| Saldo Anterior | 233.403,29 |
| Esta Nota | 191.000,00 |
| Saldo da Dotacao | 42.403,29 |

EMITENTE

ORDENADOR DE DESPESA

JOSE DIRCEU VITAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
CRC-1SP243539

GABRIEL FERREIRA GOBBI
PRESIDENTE
CPF-467.175.428-29

VENCEDORES DO PROCESSO

Câmara Municipal de Lavras
Câmara Municipal de Lavras
Pregão Eletrônico - 029/2025

70
Lj

CARBEL SA | Tipo: S/A - LC123: Não - Documento 17.171.612/0007-35 - Endereço: AV CRISTIANO MACHADO - CEP: 31160525 - UF: MG - Município: Belo Horizonte - Telefone: (31) 3490-7767

| Código | Produto | Modelo | Marca/Fabricante | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|-------------------|---|--|------------------|-------|----------------|----------------|
| 0001 | AUTOMÓVEL 0 KM, SEDAN 4 PORTAS, COM PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS, COM NO MÍNIMO 150 CV, TOTAL FLEX, COM NO MÍNIMO 06 AIRBAGS (SENDO 02 AIRBAGS FRONTAIS, 02 AIRBAGS LATERAIS E 02 AIRBAGS DE CORTINA), TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA COM NO MÍNIMO 6 VELOCIDADES, ACC - CONTROLE ADAPTATIVO DE VELOCIDADE E DISTÂNCIA, FRENAGEM AUTÔNOMA DE EMERGÊNCIA, ESS-ALERTA DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA, HHC - ASSISTENTE PARA PARTIDA EM SUBIDAS, ALERTA SONORO E VISUAL DE NÃO UTILIZAÇÃO DOS CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS E TRASEIROS, AR CONDICIONADO DIGITAL COM FILTRO DE POEIRA, DESCANSO DE BRAÇO DIANTEIRO CENTRAL COM SAÍDAS DE AR PARA OS BANCOS TRASEIROS E ENTRADA USB, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA, BANCO TRASEIRO COM ENCOSTO, CÂMERA TRASEIRA PARA ESTACIONAMENTO, CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS COM REGULASSEM DE ALTURA E PRÉ-TENSIONADOR, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, DESEMPAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, COMPUTADOR DE BORDO, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE, CONTROLE DE TRAÇÃO, DIREÇÃO ELÉTRICA, ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS ELETRICAMENTE AJUSTÁVEIS, ESPELHO RETROVISOR INTERNO, FARÓIS DE LED E LUZ DE CONDUÇÃO DIURNA, FARÓIS DE NEBLINA EM LED, LANTERNAS TRASEIRAS, LUZES DE LEITURA DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS "ABS" COM "EBD", DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM, RODAS DE LIGA LEVE DE NO MÍNIMO 17" E PNEUS 205/45 R17, SENSORES DE ESTACIONAMENTO DIANTEIROS E TRASEIROS, SISTEMA DE ALARME COM COMANDO REMOTO. O AUTOMÓVEL DEVE SER NA COR PRETO. | Virtus Exclusive 250 TSI 150 cv Automati | VOLKSWAGEN | 2 UND | R\$ 159.000,00 | R\$ 318.000,00 |
| TOTAL DO VENCEDOR | | | | | R\$ 318.000,00 | |

Valor Total: R\$ 318.000,00





72
Lp

CAMARA MUNICIPAL DE CANDIDO MOTA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
UASG 929649 - CAMARA MUNICIPAL DE CANDIDO MOTA - SP
PREGÃO 90001/2025

Às 14:53 horas do dia 30 de outubro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, VINICIUS APARECIDO BAPTISTA DO NASCIMENTO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 0376/2025, Pregão nº 90001/2025.

| | | | |
|-----------------------------|--|------------------|---------------------|
| Fundamentação legal: | Lei 14.133/2021 | Característica: | SISPP - Tradicional |
| Critério de julgamento: | Menor Preço / Maior Desconto | Modo de disputa: | Aberto |
| Compra emergencial: | Não | UF da UASG: | SP |
| Objeto da compra: | O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de 01 (um) Veículo zero-quilômetro (Tipo Sedan 04 portas - automático), conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Edital e seus Anexos. | | |
| Entrega de propostas: | De 15/10/2025 às 08:00 até 30/10/2025 às 10:00 | | |
| Abertura da sessão pública: | Dia 30/10/2025 às 10:00 (horário de Brasília) | | |

Mensagens do chat da compra

| Responsável | Data/Hora | Mensagem |
|-------------|------------------------|--|
| Sistema | 30/10/2025 às 10:00:08 | A sessão pública está aberta. Até 1 item poderá estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 10:00 e 11:30 e entre 13:00 e 17:00. Mantenham-se conectados. |
| Sistema | 30/10/2025 às 10:00:34 | Bom dia a todos! Srs. Licitantes, está aberta a Sessão para aquisição de veículo para a Câmara Municipal de Cândido Mota. |
| Sistema | 30/10/2025 às 10:13:43 | A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo. |
| Sistema | 30/10/2025 às 14:50:07 | Srs. Licitantes, informo que os documentos para habilitação enviados pelo licitante foram analisados, conferidos e validados. Documentos em conformidade. Informo que o processo está aguardando adjudicação e homologação pela Autoridade Competente. |

Eventos da compra

| Data/Hora | Descrição |
|------------------------|--|
| 30/10/2025 às 10:00:08 | Abertura da sessão pública |
| 30/10/2025 às 10:13:43 | Início da etapa de julgamento de propostas |

Item 1 - Automóvel

| | | | |
|---|----------------|-----------------|-----------------------------|
| Automóvel Tipo Motor: 1.8L, Quantidade Portas: 5, Tipo Combustível: Híbrido, Potência: Combustão 101 / Elétrico 72CV, Capacidade Tanque Combustível: 43L, Capacidade Porta-Mala: 470L, Quantidade Passageiro: 5, Tipo Câmbio: Automático, Modelo: Sedan, Cor: Preta | | | |
| Quantidade: | 1 | Valor estimado: | R\$ 180.484,1100 (unitário) |
| Unidade de fornecimento: | Unidade | | R\$ 180.484,1100 (total) |
| Intervalo mínimo entre lances: | R\$ 1.000,0000 | Situação: | Adjudicado e Homologado |
| Critério de julgamento: | Menor Preço | | |

Adjudicado e Homologado por CPF ***.293.***-3 - VINICIUS APARECIDO BAPTISTA DO NASCIMENTO para APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50, melhor lance: R\$ 170.000,0000 (unitário) / R\$ 170.000,0000 (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

| Fornecedor | Valor ofertado | Situação |
|---|---|------------------------|
| 18.255.634/0001-50 - APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: SP | R\$ 170.000,0000 (unitário) R\$ 170.000,0000 (total) | Proposta adjudicada |
| Marca/Fabricante: NISSAN Modelo/versão: SENTRA ADVANCE Valor proposta: R\$ 180.000,0000 (unitário) R\$ 180.000,0000 (total) | Valor negociado: Não Realizado | Quantidade ofertada: 1 |
| 26.166.156/0001-30 - B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: GO | R\$ 220.000,0000 (unitário) R\$ 220.000,0000 (total) | - |
| Marca/Fabricante: TOYOTA Modelo/versão: COROLLA XEI Valor proposta: R\$ 260.000,0000 (unitário) R\$ 260.000,0000 (total) | Valor negociado: Não Realizado | Quantidade ofertada: 1 |
| 62.077.531/0001-30 - BRANDAO MULTIMARCAS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MT | R\$ 179.000,0000 (unitário) R\$ 179.000,0000 (total) | - |
| Marca/Fabricante: NISSAN Modelo/versão: SENTRA 2.0 ADVANCE GASOLINA CVT Valor proposta: R\$ 200.000,0000 (unitário) R\$ 200.000,0000 (total) | Valor negociado: Não Realizado | Quantidade ofertada: 1 |

| Fornecedor | Valor ofertado | Situação |
|--|---|------------------------|
| 31.904.952/0001-63 - DINAMICA VEICULOS E LOCACAO LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO | R\$ 190.000,0000 (unitário) R\$ 190.000,0000 (total) | - |
| Marca/Fabricante: TOYOTA Modelo/versão: COROLLA SEDAN XEI Valor proposta: R\$ 190.000,0000 (unitário) R\$ 190.000,0000 (total) | Valor negociado: Não Realizado | Quantidade ofertada: 1 |
| 50.205.792/0001-09 - MW MOTORS LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO | R\$ 250.600,0000 (unitário) R\$ 250.600,0000 (total) | - |
| Marca/Fabricante: NISSAN Modelo/versão: SENTRA EXCLUSIVE INT PREMIUM 2.0 CVT Valor proposta: R\$ 281.450,0000 (unitário) R\$ 281.450,0000 (total) | Valor negociado: Não Realizado | Quantidade ofertada: 1 |
| 36.311.784/0001-16 - NR2 TECNOLOGIA LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG | R\$ 700.000,0000 (unitário) R\$ 700.000,0000 (total) | - |
| Marca/Fabricante: Automóvel Modelo/versão: Automóvel Valor proposta: R\$ 700.000,0000 (unitário) R\$ 700.000,0000 (total) | Valor negociado: Não Realizado | Quantidade ofertada: 1 |
| 42.111.920/0001-27 - RENOVO MOTORS LTDA Beneficio Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: PE | R\$ 230.000,0000 (unitário) R\$ 230.000,0000 (total) | - |
| Marca/Fabricante: TOYOTA Modelo/versão: COROLLA XEI 0 KM Valor proposta: R\$ 230.000,0000 (unitário) R\$ 230.000,0000 (total) | Valor negociado: Não Realizado | Quantidade ofertada: 1 |
| 09.620.617/0001-84 - RL COMERCIO E EQUIPAMENTOS LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: GO | R\$ 195.000,0000 (unitário) R\$ 195.000,0000 (total) | - |
| Marca/Fabricante: NISSAN Modelo/versão: SENTRA ADVANCE 2.0 2025/2025 Valor proposta: R\$ 230.000,0000 (unitário) R\$ 230.000,0000 (total) | Valor negociado: Não Realizado | Quantidade ofertada: 1 |

Lances do Item 1

| Data/hora | Participante | Lance |
|------------------------|--------------------|------------------|
| 30/10/2025 às 10:07:36 | 62.077.531/0001-30 | R\$ 179.000,0000 |
| 30/10/2025 às 10:08:01 | 09.620.617/0001-84 | R\$ 195.000,0000 |
| 30/10/2025 às 10:08:54 | 18.255.634/0001-50 | R\$ 170.000,0000 |

| Data/hora | Participante | Lance |
|------------------------|--------------------|------------------|
| 30/10/2025 às 10:09:28 | 50.205.792/0001-09 | R\$ 250.600,0000 |
| 30/10/2025 às 10:10:45 | 26.166.156/0001-30 | R\$ 220.000,0000 |

Mensagens do chat do Item 1

| Responsável | Data/Hora | Mensagem |
|---|------------------------|--|
| Sistema | 30/10/2025 às 10:00:09 | O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances. |
| Sistema | 30/10/2025 às 10:12:46 | O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador. |
| Sistema | 30/10/2025 às 10:13:32 | O item 1 está encerrado. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 10:14:41 | Sr. Licitante, confirme por favor se o preço do lance vencedor está correto. |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 10:15:57 | Bom dia, correto sim. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 10:16:56 | Sr. Fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:17:00 do dia 30/10/2025. Justificativa: Conforme item 5.39 do Edital, está aberto o prazo de 2 horas para envio da proposta adequada ao último lance. Solicitamos que também seja enviado, por gentileza, o documento com as especificações técnicas do objeto.. |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 10:17:52 | Vamos providenciar. |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 10:54:46 | O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:54:46 de 30/10/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 10:55:34 | Proposta recebida. Antes do aceite, informamos que será feita análise prévia do CNPJ no SICAF, CEIS e CNEP, conforme item 6.1 do Edital. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 10:55:51 | Estamos iniciando a análise da proposta. |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 11:04:57 | Ficamos no aguardo de orientações e a disposição |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 11:12:06 | Realizamos a conferência da documentação. Poderia confirmar, por gentileza, dois itens que não identificamos na ficha técnica: 1) barras de proteção lateral nas portas; 2) iluminação no porta-luvas, |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 11:13:10 | Confirmando também que o veículo deverá ser entregue com placa de identificação vinculado. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 11:13:55 | Não identificamos também se existe saída de ar-condicionado para os bancos traseiros. |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 11:53:41 | O veículo possui iluminação no porta malas. Ar-condicionado automático digital Dual Zone e será entregue com placa de identificação vinculado no valor de \$170.000,00. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 11:57:19 | Perfeito, no porta-malas já havíamos verificado que há iluminação. E no porta-luvas? Também há? |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 12:02:16 | Não. |

| Responsável | Data/Hora | Mensagem |
|---|------------------------|---|
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 12:06:11 | E com relação às barras de proteção lateral nas portas? |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 12:12:57 | Solicitei essa informação com o setor técnico de nossa Concessionária e estou aguardando resposta |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 12:48:09 | Prezado, vamos aguardar a resposta até às 13h para não prejudicar o andamento da sessão. |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 12:58:20 | Para proteção, o sedã conta com seis airbags (frontais, cabeça e laterais) e uma estrutura reforçada de carroceria para melhor resistência aos choques. A Nissan utiliza a nomenclatura estrutura reforçada para proteção lateral, frontal e traseira. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 13:03:15 | A luz no porta-luvas pode ser instalada? |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 13:11:16 | Vou verificar, um minuto, pf |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 13:28:32 | Prezado, vamos aguardar a resposta até às 13h40 para não prejudicar o andamento da sessão. |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 13:37:36 | Pode ser feita a instalação, obrigado por aguardar, fechado agora |
| Sistema | 30/10/2025 às 13:39:31 | O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 15 minutos a partir de agora - até 30/10/2025 13:54:31. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 13:56:03 | Proposta aceita. Conforme item 7.5.8 do Edital, está aberto o prazo de 2 horas para envio da documentação de habilitação. |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 13:56:25 | Sr. Fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:57:00 do dia 30/10/2025. Justificativa: Proposta aceita. Conforme item 7.5.8 do Edital, está aberto o prazo de 2 horas para envio da documentação de habilitação. . |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 14:01:01 | O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:01:01 de 30/10/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50. |
| Pelo participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 14:02:06 | Solicitação atendida, permanecemos aguardando |
| Sistema para o participante 18.255.634/0001-50 | 30/10/2025 às 14:15:29 | Sr. Licitante, informo que estamos na análise de documentos. |
| Sistema | 30/10/2025 às 14:26:40 | O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 15 minutos a partir de agora - até 30/10/2025 14:41:40. |

Eventos do Item 1

| Data/Hora | Descrição |
|------------------------|---|
| 30/10/2025 às 10:16:56 | Fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:17:00 do dia 30/10/2025. Justificativa: Conforme item 5.39 do Edital, está aberto o prazo de 2 horas para envio da proposta adequada ao último lance. Solicitamos que também seja enviado, por gentileza, o documento com as especificações técnicas do objeto.. |
| 30/10/2025 às 10:54:46 | Fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50 finalizou o envio de anexo. |

| Data/Hora | Descrição |
|------------------------|--|
| 30/10/2025 às 13:56:25 | Fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:57:00 do dia 30/10/2025. Justificativa: Proposta aceita. Conforme item 7.5.8 do Edital, está aberto o prazo de 2 horas para envio da documentação de habilitação. . |
| 30/10/2025 às 14:01:01 | Fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50 finalizou o envio de anexo. |
| 30/10/2025 às 14:53:33 | Fornecedor APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA, CNPJ 18.255.634/0001-50 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 170.000,0000. |
| 30/10/2025 às 14:53:34 | Item homologado. |

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

| | |
|-------------------------------------|---------------------|
| Intenção de recurso no julgamento: | 30/10/2025 13:54:31 |
| Intenção de recurso na habilitação: | 30/10/2025 14:41:40 |

77
4.

PESQUISAR

Mês de referência: abril de 2026
Código Fipe: 002163-0
Marca: Toyota
Modelo: Corolla Altis Prem. 1.6 Aut. (Híbrido)
Ano Modelo: 2026 Híbrido
Autenticação: kf5n15d21td25
Data da consulta: quarta-feira, 1 de abril de 2026 08:51

LIMPAR PESQUISA



CONSULTA DE CAMINHÕES E MICRO-ÔNIBUS



CONSULTA DE MOTOS

Entre em contato

Entre em contato conosco pelo e-mail
veiculos@fipe.org.br.



08:53



2026 Gasolina

PESQUISAR

Mês de referência: abril de 2026

Código Fipe: 1023189-4

Marca: Nissan

Modelo: Sentra Exclu. Int. Premium 2.0 16V Aut.

Ano Modelo: 2026 Gasolina

Autenticação: jtbq26hpmdd1k

Data da consulta: quarta-feira, 1 de abril de 2026 08:52

LIMPAR PESQUISA



CONSULTA DE CAMINHÕES E MICRO-ÔNIBUS



CONSULTA DE MOTOS

Entre em contato

Entre em contato conosco pelo e-mail
veiculos@fipe.org.br

Desenvolvido por: www.fipe.org.br

08:55 e ...



Tabela Fipe - Fun...

veiculos.fipe.org.br



Zero KM Gasolina



PESQUISAR

Mês de

referência:

abril de 2026

Código Fipe:

005517-4

Marca:

VW - VolksWagen

Modelo:

JETTA GLI 350 TSI 2.0 16V 4p Aut.

Ano Modelo:

Zero KM Gasolina

Autenticação

nc4c7bb9hzp

Data da consulta

quarta-feira, 1 de abril de 2026
08:55

LIMPAR PESQUISA



CONSULTA DE CAMINHÕES E MICRO-ÔNIBUS

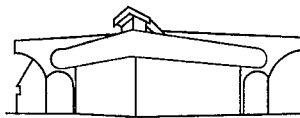


CONSULTA DE MOTOS

Entre em contato

Entre em contato conosco pelo e-mail

veiculos@fipe.org.br



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

80
H.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Data da Sessão Pública: 00/00/2026, às 10h (horário de Brasília)

No sítio: <https://www.gov.br/compras>

Código UASG: 975392

**Participação ME/EPP/Equiparadas
NÃO EXCLUSIVA**

OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de 01 (um) Veículo zero-quilômetro (Tipo Sedan 05 portas), conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133 de 2021, Lei Complementar 123/06, Resolução nº 137 da Câmara Municipal de 02 de dezembro de 2025 e demais legislações aplicáveis

| Modo de Disputa | Instrumento Contratual | Critério de Julgamento |
|------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Aberto | Contrato | Menor Preço Global |

Pedidos de Esclarecimentos/Impugnações: até xx/xx/2026 (três dias úteis antes da data de abertura da Sessão)

Endereço: financeiro@paraguacupaulista.sp.leg.br

Em caso de divergência com as especificações técnicas constantes no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), prevalecerão aquelas dispostas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

O edital será disponibilizado, sem ônus, no portal eletrônico <https://www.paraguacupaulista.sp.leg.br/> e poderá ser acessado no Sistema de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras.

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

Sumário

| | |
|--|----|
| 1.1. DO OBJETO..... | 3 |
| 1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO..... | 4 |
| 1.3 PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO..... | 4 |
| 1.4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... | 5 |
| 2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO..... | 5 |
| 3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO..... | 7 |
| 4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 8 |
| 5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..... | 9 |
| 6 DA FASE DE JULGAMENTO..... | 12 |
| 7 DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 13 |
| 8 DOS RECURSOS..... | 17 |
| 9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 18 |
| 10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..... | 19 |
| 11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 20 |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

(Processo Administrativo nº 04/2026)

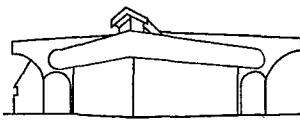
Torna-se público que a Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, por meio de sua Pregoeira, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. DO OBJETO

1.1.1 O objeto da presente licitação é a aquisição de 1 (um) veículo automotor, novo (zero quilômetro), do tipo Sedan médio, 5 lugares, incluindo documentação, emplacamento e demais providências necessárias à circulação regular, sem ônus adicional, conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

1.2.1 Os requisitos mínimos para os veículos encontram-se no quadro seguinte:

| |
|--|
| Cor sólida preta, para-choques na mesma cor do veículo; |
| Veículo zero km, ano de fabricação igual ou superior ao da entrega e último modelo vigente; |
| Capacidade mínima para 05 ocupantes; |
| Volume mínimo do porta-malas: 450 litros; |
| Motorização flex ou gasolina com potência mínima de 120 CV (mínimo 1.8L); |
| Câmbio automático, com no mínimo 6 marchas ou equivalente; |
| Direção com assistência elétrica ou equivalente; |
| Conjunto mínimo de 6 airbags (2 frontais, 2 laterais e 2 de cortina); |
| Sistema de freios com ABS, EBD e BAS; |
| Assistentes de segurança (pré-colisão frontal e/ou permanência em faixa e/ou alerta de oscilação); |



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

83
A.

| |
|--|
| Aviso luminoso e sonoro para desfivelamento dos cintos de segurança frontais e traseiros; |
| Cintos de três pontos para todos os ocupantes, incluindo o banco traseiro central; |
| Encostos de cabeça dianteiros e traseiros ajustáveis; |
| Sistema de ar-condicionado digital automático, com saídas para os bancos traseiros; |
| Bancos com revestimento de couro; |
| Apoio de braço para motorista, banco do motorista com ajuste de altura; |
| Vidros com acionamento elétrico nas quatro portas, com função antiesmagamento no mínimo para o motorista; |
| Retrovisores externos com regulagem elétrica; |
| Retrovisor interno preferencialmente com antiofuscamento; |
| Rodas com aro mínimo de 16", com estepe de dimensões equivalentes; |
| Pneus radiais compatíveis com o modelo fornecido; |
| Lanternas dianteiras com luzes diurnas e traseiras com luz de freio, ré e neblina; |
| Câmera de ré para assistência em manobras; |
| Travas elétricas nas quatro portas e sistema de travamento automático em movimento; |
| Volante multifuncional; |
| Piloto automático; |
| Sistema de som; |
| Computador de bordo; |
| Indicador de temperatura externa; |
| Alarme perimétrico; |
| Barras de proteção lateral nas portas; |
| Luz no porta-malas e no porta-luvas; |
| Jogo de tapetes e equipamentos obrigatórios exigidos por lei. |
| O veículo deverá ser entregue com toda documentação, emplacamento e demais providências necessárias à circulação regular, sem ônus adicional. |

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.2.1 O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Termo de Referência, item 1.2;

1.2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

1.3 PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

1.3.1 O prazo de entrega do bem é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho;

1.3.2 Os bens deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, situada à Rua Guerino Matheus 205 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista/SP, Horário das 08h às 17h, correndo por conta e risco do fornecedor, o seguro, a carga e descarga do veículo;

1.3.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.3.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

1.3.6 A aquisição do objeto licitado deverá ser entregue de forma total.

1.4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

1.4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações próprias da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista.

Equipamentos e Material Permanente

Órgão: 01.00 - Poder Legislativo

Unidade: 01.01 - Corpo Legislativo

Classificação Funcional – 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

1.4.2 O valor estimado da presente contratação é de **R\$ 185.930,33 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta reais, e trinta e três centavos)**, conforme pesquisa de preços formalizada nos autos do Processo Administrativo nº 04/2026.

1.4.3 O valor estimado foi apurado mediante média simples dos preços obtidos em pesquisa de mercado realizada em fevereiro de 2026, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.4 O valor ofertado pelo licitante deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários ao pleno fornecimento do objeto, inclusive frete, seguro, tributos, taxas, despesas administrativas, bem como o emplacamento e a regularização completa do veículo em nome da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, não sendo admitida a cobrança posterior de quaisquer valores adicionais.

1.4.5 O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL e modo de disputa ABERTO.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

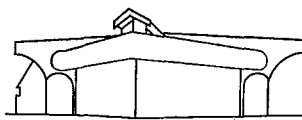
2.1.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

2.1.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

2.1.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

2.1.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

2.1.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

86
A-

2.1.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.2 Não poderão disputar esta licitação:

2.2.2 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.3 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do Art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.9 O impedimento de que trata o item 2.2.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.10 A vedação de que trata o item 2.2.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O fornecedor enquadrado no Simples Nacional deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.5 Sendo a participação não exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3.2 ou 3.3.3. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do objeto licitado;

4.1.2 Marca/modelo/fabricante;

4.1.3 Quantidade cotada;

4.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

4.2 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4 Na proposta deverão constar todos os dados da licitante e todos os dados necessários e suficientes à caracterização dos objetos licitados no certame.

4.5 Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA todos os custos referentes a seguros, encargos sociais e tributos incidentes sobre a remuneração bem como despesas com deslocamentos, hospedagem e alimentação relacionadas à execução dos serviços.

4.6 O julgamento da proposta da licitação será tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

4.7 A proposta deverá conter a descrição detalhada do objeto licitado, valor unitário e global, devendo os valores ser em moeda corrente nacional, conforme modelo constante no Edital de Licitação, e neles estando inclusas além do lucro todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos de quaisquer naturezas, taxas e impostos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços objeto da presente licitação, **inclusive as despesas com seguro, a carga e descarga do veículo** que será entregue na sede da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, situada à Rua Guerino Matheus 205 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista/SP, horário das 08h às 17h, correndo por conta e risco do proponente vencedor.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor

consignado no registro.

5.9 O lance deverá ser ofertado pelo Menor Preço Global.

5.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

5.13 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.14 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.15 Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.16 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.17 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.18 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.19 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.20 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.21 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.22 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.23 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do

valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.24 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.25 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.26 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.27 Em relação a participação de licitantes vinculados ao regime tributário do Simples Nacional, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.28 Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.29 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.30 Caso a melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.31 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.32 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.33 **Havendo eventual empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.33.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.33.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão

preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.33.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.33.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.34 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.34.1 Empresas estabelecidas no território do Estado em que esta Edilidade se localiza;

5.34.2 Empresas brasileiras;

5.34.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.34.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.35 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.36 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.37 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.38 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.39 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.40 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.41 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanco-es/ceis>); e

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.1.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.1.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.1.7 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.1.8 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

6.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1 Conter vícios insanáveis;

6.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.7.5 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, e poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-enegocios/ptbr/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-enegocios/ptbr/empreendedor);

7.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.2.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

7.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da Proposta;

7.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.5. Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação de certidão negativa.

7.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.7.1. Tratando-se de empresa sediada em São Paulo – apresentar e-CND (Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos) e e-CRDA (Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa).

7.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.3.10. Obedecer à Instrução Normativa RFB Nº 2145/2023, as Pessoas Jurídicas que não se sujeitam à retenção apresentem o(s) modelo(s) de Declarações da Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012.

7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

7.4.2. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens de características equivalentes ou superior com o objeto desta contratação.

7.4.3. O fornecedor deverá entregar em papel timbrado, conforme modelos constantes no Edital de Licitação:

a) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso;

- b) Declaração de inexistência de fato impeditivo para participação no certame;
- c) Declaração de Pleno Atendimento dos Requerimentos de Habilitação;
- d) Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- e) Declaração de Ausência de Vínculo;
- f) Declaração de Idoneidade;
- g) Declaração de que atende ao Disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7.4.4. A empresa deverá assegurar a disponibilidade de assistência técnica em rede autorizada nacional, de modo a garantir a execução das revisões e manutenções previstas pelo fabricante. Havendo concessionária ou oficina autorizada em um raio de até 200 km do município de Paraguaçu Paulista/SP, deverá ser dada preferência a esta, considerando a facilidade logística, a redução de custos com deslocamento e o menor tempo de indisponibilidade do veículo.

7.5 CONSULTA DE FATO IMPEDITIVO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

7.5.1 Na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) verificará a existência de sanções que impeçam a participação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ();
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ();
- c) Cadastro do Tribunal de Contas de São Paulo – Relação de Apenados ().

7.5.2 Referente às consultas nos cadastros acima, não poderão participar as empresas que, na data fixada para apresentação dos envelopes, estiverem cumprindo penalidade de impedimento ou suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta do Município de Hortolândia e declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

7.5.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.5.4 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará a licitante impedida de participar do certame, declarando-o inabilitado.

7.5.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original,

apresentada em cópia autenticada digitalmente com certificação.

7.5.6 A (s) cópia (s) autenticada (s) digitalmente DEVEM POSSUIR CERTIFICAÇÃO, sendo responsabilidade da licitante disponibilizar as certificações.

7.5.7 Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pelos membros da Equipe de Apoio.

7.5.8 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.5.9 A verificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.5.10 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.5.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.5.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.5.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

7.5.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.5.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8 DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para manifestação de interesse de recorrer é de 15 (quinze) minutos;

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

8.3.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.3.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.4 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio da solicitação via e-mail: .

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1. deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1. a 9.1.9.;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes

federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização;

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

9.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previstos nas Leis n.º 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei n.º 9.784/1999.

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

102
21.

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial da Câmara: e no Compras.gov.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail .

10.4 Maiores informações encontram-se a disposição dos interessados na Rua Guerino Matheus 205 – CEP 19703-060 - Paraguaçu Paulista/SP, telefone (18) 3361-1047, ou pelo e-mail licitacao@paraguacupaulista.sp.leg.br .

10.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.7 As impugnações deverão ser formalizadas e expostas suas razões por escrito, devidamente assinadas, contendo CNPJ, razão social e nome do representante que assinou, bem como e-mail, endereço e telefone da empresa.

10.8 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o

princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico:

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO IV - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

ANEXO V – Declaração de inexistência de fato impeditivo para participação no certame

ANEXO VI – Declaração de Pleno Atendimento dos Requerimentos de Habilitação

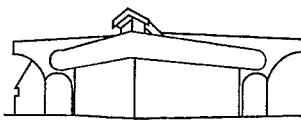
ANEXO VII – Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

ANEXO VIII – Declaração de Ausência de Vínculo

ANEXO IX – Declaração de Idoneidade

ANEXO X – Declaração de que atende ao Disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991

Paraguaçu Paulista, 04 de maio de 2026




Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

104
dy



Fábio Fernando Siqueira dos Santos
Presidente



Maria Tereza Peres dos Reis
Equipe de Apoio

Processo Administrativo nº 04/2026

Pregão Eletrônico nº 01/2026

Assunto: Aquisição de veículo zero km, tipo sedan com 5 lugares, para atender as necessidades da Câmara Municipal Paraguaçu Paulista/SP.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº ____/2026

que entre si fazem a **CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA** e a empresa _____

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA**, inscrita no CNPJ sob nº51.500.619/0001-04 , com sede na Rua Guerino Matheus 205, Paraguaçu Paulista/SP, neste ato representada por seu Presidente Sr. Fábio Fernando Siqueira dos Santos portador do CPF 22040058869 , doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, inscrição municipal nº _____, com endereço _____, por seu Representante Legal, _____, CPF _____ têm justos e certos o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Tendo em vista o que consta no Processo nº 17/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 01/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO (art. 92, I e II)

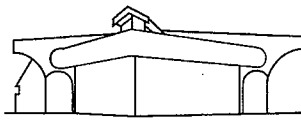
2.1. Constitui objeto do presente contrato, a Aquisição de 01 (um) Veículo, zero-quilômetro (Tipo Sedan 05 portas – automático), conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital e Anexos.

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital da Licitação;

2.2.3. A Proposta do contratado;



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

106
M

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. O prazo de vigência será prorrogado, desde que a Contratada comunique as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

3.1.2. Os bens deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, situada à Rua Guerino Matheus 205, CEP 19703-060, Paraguaçu Paulista /SP, horário das 08:00h às 17:00h, correndo por conta e risco do fornecedor, o seguro, a carga e descarga do veículo;

3.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

3.1.5. A aquisição do objeto licitado deverá ser entregue de forma total, após o recebimento da respectiva Ordem de Compra/Fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO (art. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, neles estando inclusas além do lucro todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos de quaisquer naturezas, taxas e impostos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços objeto da presente licitação, inclusive as despesas com seguro, a carga e descarga do veículo que serão

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

entregues na sede da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, situada à Rua Tiradentes, nº 163, Centro, Cândido Mota/SP, Horário das 08:00h às 17:00h, correndo por conta exclusivo da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. O prazo para pagamento a Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis até o final da vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, X, XI e XIV)

9. São obrigações da Contratada:

9.1. Realizar a entrega do automóvel na forma preceituada, observadas as especificações técnicas do Termo de Referência;

9.2. A Contratada deverá dar garantia do veículo ofertado de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses;

9.3. Durante o prazo de garantia a CONTRATADA deverá:

9.3.1. Substituir o veículo que após a entrega e aceite e durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeito de fabricação, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

9.3.2. Atender durante o prazo de garantia do veículo, aos chamados de manutenção corretiva, efetivando os reparos necessários, mediante o encaminhamento imediato à rede autorizada, observados os prazos do fabricante;

9.3.3. Proceder durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição de produtos e/ou componentes que não mais existam no mercado em razão da evolução ou por qualquer outro motivo, a substituição por produtos e/ou componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores, sem ônus para a Contratante;

9.3.4. Nenhum custo adicional será pago por ocasião de locomoção de técnicos ou aparelhos, sendo os mesmos de inteira responsabilidade da Contratada;

9.3.5. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo produto ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observado a legislação pertinentes;

9.3.6. Substituir o automóvel ofertado ou suas peças, acessórios e componentes que apresentem defeito de fabricação por aparelho novo e que possua a mesma especificação técnica originalmente proposta;

9.4. Realizar a entrega do automóvel dentro do prazo estipulado no Termo de Referência;

9.5. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes no Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça;

9.6. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;

9.7. É de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto do Termo de Referência;

10.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o bem entregue fora da especificação do Termo de Referência;

10.3. Providenciar definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, a consequente aceitação.

10.4. O recebimento e a aceitação dos objetos estarão condicionados à observância de suas descrições técnicas, cabendo à verificação e avaliação, sendo atestados, mediante avaliação técnica favorável pelo responsável fiscal, o Sr. Ediney Bueno.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 As infrações e sanções administrativas encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo

justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1. a 11.1.9.;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

11.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

11.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração

administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização;

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

11.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previstos nas Leis n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, ou nos casos previstos no artigo 137, incisos I até V da Lei Federal n.º 14.133/21.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Contratante providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Equipamentos e Material Permanente

Órgão: 01.00 - Poder Legislativo

Unidade: 01.01 - Corpo Legislativo

Classificação Funcional – 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraguaçu Paulista/SP, como para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes CONTRATANTE e CONTRATADA.

Paraguaçu Paulista, ____ de _____ 2026.

CONTRATANTE



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

112
SP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

NOME E CNPJ DA EMPRESA PROPONENTE

À CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA

Processo Administrativo nº 04/2026

Pregão Eletrônico nº 01/2026

O objeto da presente licitação é a aquisição de 01 (um) veículo zero-quilômetro (tipo Sedan, 04 portas), conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

| Item | Quantidade | Marca/Modelo/Fabricante | Valor total |
|------|------------|-------------------------|-------------|
| 01 | 1 | | |

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Demais condições: de acordo com o edital de licitação e seus anexos.

DECLARO sob as penas da lei que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

DECLARO que o preço acima indicado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro e lucro e demais encargos descritos no Edital e nos Anexos.

Paraguaçu Paulista, ____ de _____ de 2026

(Assinatura do Representante legalmente constituído)

Dados da pessoa com poderes para firmar contrato com a Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista:

Nome:

Qualificação:

Endereço residencial:

RG e CPF:

E-mail institucional:

Telefone:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ
sob o n.º, com endereço
à, na cidade de, Estado de São
Paulo, neste ato representada por seu Sócio Sr(a)....., portador(a) da
Cédula de Identidade R.G. n.e do CPF n., no uso
de suas atribuições legais, vem **DECLARAR**, para fins de participação no processo licitatório
em pauta, sob as penas da Lei, que é:

(.....) Microempresa (ME)

(.....) Empresa de pequeno porte (EPP)

Sendo, assim, Pessoa Jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, requerendo os benefícios de tratamento diferenciado previsto na referida norma legal, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da RF nº 1234/12.

Por ser verdade assina a presente.

(Local e Data)

(Nome representante)

CNPJ n.º

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

(Nome do Proponente), CNPJ/MF nº (000) ou CPF/MF nº (000), com endereço comercial (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data não foi declarada inidônea no âmbito da Administração Pública e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e participação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

116
dy

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO DOS REQUERIMENTOS DE HABILITAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º [____],
com sede na [____], por intermédio do seu representante legal o(a)
Sr.(a) [____], portador(a) do CPF n.º [____], **DECLA-
RA** para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 01/2026, que atendem aos re-
quisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na
forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habili-
tação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme dis-
posto no inciso I do art. 63º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.
Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital. O signatá-
rio assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____ de _____ de 2026.

(Assinatura)

(nome do representante legal da empresa)
(nº do RG do signatário ou outro documento equivalente)
(nº do CPF do signatário)

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XX-
XIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrito no CNPJ
nº, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a), portador da Cartei-
ra de Identidade nº e do CPF nº.
DECLARA, sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do
art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, de
acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021. ().

..... (data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA OU DO FORNECEDOR) **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da Lei que seus sócios **não possuem qualquer vínculo** com a Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista/SP.

Local, data

Assinatura e carimbo

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

OBJETO: Aquisição de 1 (um) veículo automotor, novo (zero quilômetro), do tipo Sedan médio, 5 lugares, conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Termo de Referência, para a Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista/SP, e proposta vencedora do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2026.

A Empresa [], inscrita no CNPJ sob o n.º [], com sede na [], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a) [], portador(a) do CPF n.º [], **DECLARA** para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 01/2026, não ter recebido do Município de Paraguaçu Paulista/SP, ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

....., de de 2026

Assinatura do responsável pela empresa licitante
Nome legível
Cargo
RG nº.....
(carimbo da empresa)

120
M.

**ANEXO X – DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI
Nº 8.213/1991**

A empresa , inscrita no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o n.º , **DECLARA**, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

..... , de de 2026.

Assinatura do responsável pela empresa licitante
Nome legível
Cargo
RG nº.....
(carimbo da empresa)

Memorando nº. 11/2026 – AC.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 04 de maio de 2026.

Ao Senhor
MÁRIO ROBERTO PLAZZA
Procuradoria Jurídica
Câmara Municipal da Estância Turística de
PARAGUAÇU PAULISTA (SP)

Assunto: Encaminhamento de minuta de edital de Pregão Eletrônico para análise jurídica

Senhor Procurador Jurídico,

Encaminho, para análise e emissão de parecer jurídico, a minuta do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2026, cujo objeto é a aquisição de um automóvel sedan para a Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, conforme Termo de Referência anexo.

A presente contratação será processada na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, considerando tratar-se de bens de natureza comum, com especificações usuais de mercado, o que justifica a adoção desta modalidade.

Solicita-se, portanto, a análise da minuta do edital e de seus anexos quanto à legalidade, regularidade formal e conformidade com a legislação aplicável, a fim de possibilitar a continuidade dos trâmites necessários para a publicação do certame.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Leonardo Volcean Carreno
Agente de Contratações 2026

122
M

Memorando nº. 12-2026 – AC

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 6 de maio de 2026.

A Senhora
LEA MARIA POLIMENO
Departamento Administrativo e Financeiro
Câmara Municipal
PARAGUAÇU PAULISTA


Senhora Léa,

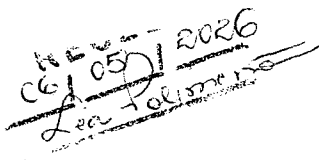
Em atendimento à solicitação do Gabinete desta Casa, iniciamos os procedimentos para a aquisição um automóvel seda.

Valor médio: R\$ R\$ 185.930,33 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta reais, e trinta e três centavos).

Sendo assim, solicitamos a Vossa Senhoria que nos informe se a Câmara dispõe de dotação orçamentária para tal finalidade, bem como o valor já utilizado de tal dotação.

Atenciosamente,


Leonardo Volcean Carreno
Agente de Contratações - 2026



Memorando nº 021/2026-DAF

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 08 de maio de 2026.

Ao Senhor

LEONARDO VOLCEAN CARRENO

Câmara Municipal da Estância Turística de
PARAGUAÇU PAULISTA (SP)

Senhor Agente de Contratação,

Em atendimento à solicitação de Vossa Senhoria por intermédio do Memorando nº 012/2026-AC, informamos que os dispêndios decorrentes da referida aquisição serão cobertos pelo elemento de despesa especificado abaixo.

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DA DESPESA | DOTAÇÃO | SALDO |
|--------------|--|----------------|----------------|
| 4.4.90.52.52 | Equipamentos e Material Permanente – Veículos de Tração Mecânica | R\$ 700.000,00 | R\$ 700.000,00 |

Informamos que no desdobro **36 – Máquinas, instalações e utensílios de escritório**, há o valor de R\$ 20.223,00 (vinte mil, duzentos e vinte e três reais) a ser empenhado para aquisição de cadeiras de escritório.

Atenciosamente,


LÉA MARIA POLIMENO
Diretoria Administrativa e Financeira